

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Publicação do Ministério
da Previdência Social

Ano II, Nº 2, janeiro-abril de 2012

O melhor resultado desde 2002

*Aumento da arrecadação e
corte nas despesas melhoram as
contas da Previdência Social em 2011.
Em termos reais, redução do
déficit chega a R\$ 10,5 bilhões
em relação a 2010*



PREVIDÊNCIA SOCIAL

***A Previdência se
modernizou e está muito
mais próxima de você.***



PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Ministério da Previdência Social está trabalhando para dar mais qualidade de atendimento e conforto para o seu segurado. E tem construído e recuperado centenas de agências da Previdência Social em todo o país. O Plano de Expansão da Rede de Atendimento prevê que até 2015 720 novas unidades serão entregues à população. Para você ser atendido com mais conforto e rapidez, basta agendar seu atendimento pelo número **135**.

www.previdencia.gov.br



SUMÁRIO

Regime Geral terminou 2011 com o melhor resultado desde 2002, com um déficit de R\$ 36,5 bilhões.

06

Regimes Próprios somaram mais de R\$ 54 bilhões de recursos aplicados no mercado financeiro.

10



Central 135 reduziu o tempo de espera do atendimento dos segurados nas agências.

26



Sala de Monitoramento acompanha em tempo real o funcionamento das agências.

30

Educação Previdenciária Em 2011, programa realizou 8.396 ações e atendeu a 684.409 pessoas.

32



FUNPRESP Votação do Fundo de Previdência dos Servidores é prioridade da Câmara em 2012.

34



Ações Regressivas Previdência começa a cobrar de motoristas infratores despesas decorrentes de acidentes de trânsito.

16

FAP Empresas que não registraram acidentes em 2009 e 2010 pagarão metade do seguro em 2012. Benefício premia quem investe na segurança do trabalhador.

20

Donas de casa de baixa renda já podem contribuir para a Previdência com alíquota reduzida.

23

Pensões consomem R\$ 60 bilhões por ano, no pagamento a 6,7 milhões de pessoas.

24



Novas agências buscam melhorar o atendimento ao segurado, com fácil acesso. Somente em 2011 foram entregues 59 novas unidades à população em todo o País.

28



Cidadania O Empreendedor Individual chegou ao fim de 2011 com 1,9 milhão de formalizados, como a pipoqueira Maria Selma Costa, de Sergipe, que fechou contrato com a Petrobras.

40

Acordos Internacionais Governo amplia acordos com outros países para garantir proteção a 3,5 milhões de brasileiros.

44



Amazônia As quatro unidades do PREVBanco realizaram 33.804 atendimentos ao longo do ano.

46

Entrevista Presidente do INSS, Mauro Hauschild, fala sobre avanços no atendimento.

50

Desenvolvimento Estudo do Ipea mostra importância da Previdência na economia dos municípios.

54

Modernizar a Previdência

Esta publicação traz informações sobre as principais ações já implementadas no atual governo para melhorar a Previdência, aproximando-a cada vez mais dos cidadãos, promovendo amplo processo de inclusão e inculcando na mente das pessoas a necessidade de sua participação na seguridade social.

Será, portanto, um instrumento fundamental para apoiar o trabalho de esclarecimento de políticos, lideranças, sindicatos e estudiosos do tema.

Contém informações, estudos, análises, entrevistas, depoimentos, acréscimos de dados, estatísticas, tabelas e gráficos, que apresentam a evolução dos grandes números da Previdência em 2011.

Os indicadores mostram as melhorias que estão sendo introduzidas na qualidade da gestão da Previdência. Revelam, por exemplo, que o governo atua com olhar empreendedor e inovador, aplicando os recursos com mais eficiência.

Para se ter uma idéia dos avanços já conquistados, ressalto que a Previdência fechou 2011 com o melhor resultado desde 2003, registrando um déficit de cerca de R\$ 36 bilhões, ou R\$ 10,5 bilhões a menos do que o verificado em 2010.

O intenso programa de modernização da Previdência levado a efeito pelo governo prevê, por exemplo, a expansão das agências de atendimento, com a construção de mais 729 unidades em todo o País.

Mediante o uso de outros canais de atendimento, como a central telefônica 135, o cidadão resolve seus problemas previdenciários e agenda sua visita às agências. Assim, eliminaram-se as filas nas agências.

Novos produtos ampliaram o processo de inclusão previdenciária. O Empreendedor Individual, com mais de 1,9 milhão de adesões, incluiu gente que vivia à margem dos benefícios e da assistência da Previdência. Mecanismo similar criado no governo da presidenta Dilma Rousseff permite, também, que as donas de casa de famílias de baixa renda finalmente tenham acesso aos direitos previdenciários.

O Brasil vive um momento especial e tem oportunidades para continuar sua rota de desenvolvimento. Para prosseguir nessa trajetória, preservando as conquistas alcançadas, é necessário aprofundar as reformas que ainda são necessárias para que se complete o ciclo do desenvolvimento que todos almejam. A Previdência Social precisa de ajustes pontuais no sistema de concessão de pensões por morte e de ações para fortalecer a inclusão previdenciária.

Combater o déficit previdenciário é o que nós estamos fazendo no ministério em conjunto com as demais áreas de governo envolvidas e com o apoio firme da presidenta Dilma Rousseff.

Isto depende da aprovação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – o Funpresp – pelo Congresso Nacional. Esse Fundo é, certamente, a principal mudança a ser implementada na legislação brasileira para assegurar que a Previdência tenha, no médio prazo, equilíbrio em suas contas.

Os ajustes mais importantes da Previdência devem ser feitos agora, aproveitando-se que a sociedade está consciente de que é preciso estancar os déficits previdenciários existentes de sorte a destinar mais recursos para investimentos que assegurem dignidade e conforto para as gerações de hoje e de amanhã.

Bom resultado no ano surpreende

Previdência consegue reduzir R\$ 10,5 bilhões em despesas em 2011 em comparação com o ano de 2010

A Previdência Social fechou 2011 com o melhor resultado desde 2002, com um déficit de R\$ 36,5 bilhões, o que corresponde a uma queda de 22,3% em relação a 2010, uma economia de R\$ 10,5 bilhões, considerados os valores atualizados pela inflação. O resultado é a soma das arrecadações e despesas dos setores urbano e rural. Em 2002, o déficit ficou em R\$ 30 bilhões.

A arrecadação acumulada de 2011 foi de R\$ 251,2 bilhões e a despesa de R\$ 287,7 bilhões com o pagamento de aposentadorias e outros benefícios. Em 2010, o resultado ficou negativo em R\$ 47 bilhões.

O resultado agregado do mês de dezembro de 2011 foi positivo: R\$ 4,9 bilhões, o mais alto em 17 anos, graças ao recolhimento da contribuição relativa ao 13º salário. O superávit foi 32,6% maior que o alcançado no mesmo mês de 2010,

resultado do volume de R\$ 34,7 bilhões de arrecadação e R\$ 29,8 bilhões de despesas.

Em 2011, o crescimento da receita da Previdência Social ficou em 8,9%, bem acima das despesas, que aumentaram 3,6%.

No ano, o setor urbano registrou dez superávits, com um acumulado positivo de R\$ 20,8 bilhões, um aumento de 135,1% em relação ao mesmo período de 2010, quando o resultado foi de R\$ 8,8 bilhões. A arrecadação somou R\$ 245,7 bilhões - elevação de 9% frente ao mesmo período de 2010 - e a despesa com pagamento de benefícios foi de R\$ 224,9 bilhões - um crescimento de 3,8%. Em contrapartida, o setor rural vem registrando déficits.

Em dezembro de 2011, a arrecadação da Previdência Social no setor urbano foi de R\$

Nicolas Gomes



O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) foi apresentado aos jornalistas

34,6 bilhões e as despesas de R\$ 24,2 bilhões, gerando um superávit de R\$ 10 bilhões. As renúncias previdenciárias no setor somaram R\$ 19 bilhões em 2011. Desse total, R\$ 11,5 bilhões referem-se ao Simples Nacional e R\$ 7,4 bilhões, às entidades filantrópicas.

O valor leva em conta o pagamento de sentenças judiciais e a Compensação Previdenciária (Comprev) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os regimes próprios de Previdência Social (RPPS) de estados e municípios.

Para o secretário de Políticas de Previdência Social do ministério, Leonardo Rolim, a melhora do resultado deve-se ao aumento da arrecadação e ao fato de as despesas terem ficado contidas, além da manutenção do nível de emprego em todo o País. Ele acredita que em 2012 o bom resultado será mantido, pois o País está com um bom nível de emprego e não há redução de vagas. "O déficit de 2012 deve ficar no mesmo patamar de 2011, apesar do aumento do mínimo", ressaltou.

Rural

Em dezembro de 2011, a arrecadação líquida rural foi de R\$ 522,6 milhões – redução de 0,1% na comparação com dezembro de 2010, mas um crescimento de 23,9% em relação a novembro de 2011. Já as despesas com pagamento de benefícios somaram R\$ 5,7 bilhões - queda de 8,8% se comparado a novembro de 2011 e de 8% em relação a dezembro de 2010.

No acumulado de 2011, o setor rural apresentou arrecadação de R\$ 5,5 bilhões, valor 4,4% maior que a registrada em 2010. A despesa com pagamento de benefícios foi de R\$ 62,8 bilhões, um aumento de 2,7% em relação a 2010. Isso gerou a necessidade de um aporte do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 57,3 bilhões.

Benefícios

Em dezembro de 2011, a Previdência Social pagou 29,051 milhões de benefícios, sendo 25,176 milhões previdenciários e acidentários e, os demais, assistenciais. Houve elevação de 3,2% em comparação com o mesmo mês de 2010. As aposentadorias somaram 16,139 milhões de benefícios, uma elevação de 3,4% em relação ao número de aposentados existentes em dezembro de 2010.

O valor médio dos benefícios pagos pela Previdência entre janeiro e dezembro de 2011 teve crescimento de 17,3% em relação ao mesmo período de 2004, e foi de R\$ 847,85.

A maior parte dos benefícios (68,2%) – incluídos os assistenciais – pagos em dezembro de 2011 tinha valor de até um salário mínimo: contingente de 19,8 milhões de benefícios.

Em dezembro, dos 19,2 milhões de segurados com benefícios de um salário mínimo, 43,52% referem-se a pagamentos do setor rural e 36,42%, do setor urbano.

Em relação à economia do País, os benefícios do Regime Geral de Previdência Social representam 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, sendo 5,9% de arrecadação e 0,9% de necessidade de financiamento.

Economia influencia resultados

Entre os fatores que influenciaram os resultados positivos no ano estão o crescimento da economia do País, a melhora do salário do trabalhador, o aumento da formalização do mercado de trabalho e o incremento da arrecadação da

R\$ 251,2 bilhões

Foi a arrecadação líquida dos setores urbano e rural no acumulado de janeiro a dezembro de 2011

R\$ 36,5 bilhões

Foi o déficit registrado no ano de 2011 pelo Regime Geral da Previdência Social, o menor em nove anos

Previdência. O patamar de crescimento da arrecadação tem superado o da despesa com benefícios.

Em julho, por exemplo, a arrecadação líquida urbana cresceu 9,8% em relação ao mesmo mês de 2010 e alcançou o maior valor da série histórica, de R\$ 19,3 bilhões, desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há incremento significativo da arrecadação por causa do 13º salário. “Foi o melhor mês de julho em termos de arrecadação, desde 1999”, disse o ministro Garibaldi Alves Filho. Já as despesas, nesse mês, aumentaram 4,7%. “A desaceleração da economia não afetou o desempenho da Previdência em 2011”, ressaltou o ministro.

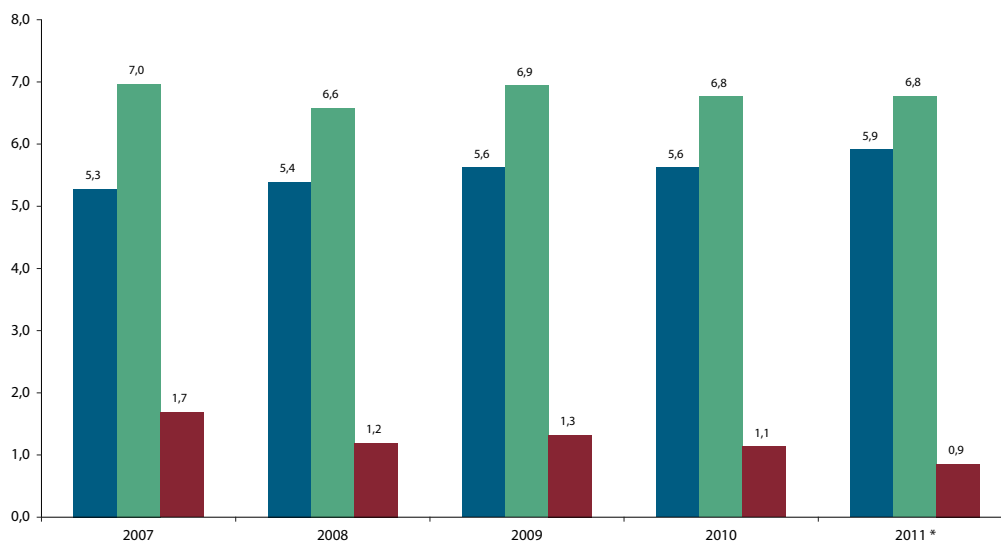
Em agosto também se alcançou o maior valor da série histórica, em termos de arrecadação: passou de R\$ 18,1 bilhões, em agosto de 2010, para R\$ 20 bilhões, em agosto deste ano – crescimento de 10%. Esses desempenhos vigorosos ao longo de 2011 levam a equipe da Previdência a esperar um resultado pelo menos semelhante em 2012, apesar do crescimento das despesas, por conta do aumento do salário mínimo.

A manutenção do nível de emprego e a elevação do valor do salário mínimo são fatores que devem ser levados em conta, segundo o ministro Garibaldi Alves Filho. A tendência, segundo o ministro, é um crescimento mais robusto no setor urbano, como vem acontecendo, o que compensaria o déficit no setor rural. “O crescimento do novo Brasil urbano vai compensar o gargalo do setor rural”, destacou o ministro.

RESULTADO DO RGPS

Em R\$ milhões de dezembro de 2011 (INPC)

Item	Dez/10	Nov/11	Dez/11	Var. %	Var. %	Acumulado (Jan a Dez)		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)	2010	2011	
1. Arrecadação Líquida Total	32.379,6	20.663,8	34.699,2	67,9	7,2	230.751,0	251.202,7	8,9
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	31.856,4	20.242,0	34.176,5	68,8	7,3	225.502,6	245.724,7	9,0
1.2 Arrecadação Líquida Rural	523,2	421,8	522,6	23,9	(0,1)	5.247,7	5.476,3	4,4
1.3 Comprev	0,1	0,0	0,1	310,1	(1,1)	0,8	1,7	125,0
2. Renúncias Previdenciárias	1.607,5	1.772,0	1.763,0	(0,5)	9,7	19.844,8	21.659,0	9,1
2.1 Simples Nacional	787,0	942,3	937,6	(0,5)	19,1	9.716,1	11.518,1	18,5
2.2 Entidades Filantrópicas	529,7	602,0	599,0	(0,5)	13,1	6.538,8	7.358,4	12,5
2.3 Tecnologia da Informação e Comunicação - TI e TIC	3,4	6,4	6,4	(0,5)	89,2	41,6	78,4	88,3
2.4 Exportação da Produção Rural - EC nº 33	287,4	221,2	220,1	(0,5)	(23,4)	3.548,2	2.704,0	(23,8)
3. Despesa com Benefícios	28.693,6	24.902,0	29.813,3	19,7	3,9	277.801,0	287.743,7	3,6
3.1 Benefícios Previdenciários	28.157,0	24.171,6	29.301,6	21,2	4,1	268.433,3	278.935,2	3,9
3.1.1 Urbano	22.083,6	18.121,7	23.697,7	30,8	7,3	209.083,4	217.752,1	4,1
3.1.2 Rural	6.073,4	6.049,9	5.604,0	(7,4)	(7,7)	59.349,8	61.183,1	3,1
3.2 Passivo Judicial	374,8	627,9	308,3	(50,9)	(17,8)	7.923,1	7.391,0	(6,7)
3.2.1 Urbano	294,0	470,7	249,3	(47,0)	(15,2)	6.127,5	5.751,5	(6,1)
3.2.2 Rural	80,9	157,2	59,0	(62,5)	(27,1)	1.795,6	1.639,5	(8,7)
3.3 Comprev	161,8	102,5	203,4	98,4	25,7	1.444,7	1.417,5	(1,9)
4. Resultado Previdenciário e Renúncias (1+2-3)	5.293,5	(2.466,2)	6.648,9	(369,6)	25,6	(27.205,2)	(14.882,0)	(45,3)
5. Resultado Previdenciário excluindo Renúncias (1-3)	3.686,1	(4.238,2)	4.885,9	(215,3)	32,6	(47.050,0)	(36.541,1)	(22,3)

**Gráfico 1**

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Necessidades de Financiamento em relação ao PIB (Em %)

Legendas

- Arrecadação Líquida / PIB
- Benefícios Previdenciários / PIB
- Necessidade de Financiamento / PIB

* Nota: PIB 2011 estimado de acordo com a Grade de Parâmetros da SPE de 01/2012.

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV.

Elaboração: SPS/MPS.

Quantidade de Benefícios Emitidos - RGPS - Dez/2010, Nov/2011 e Dez/2011

	Dez/10 (A)	Nov/11 (B)	Dez/11 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)
TOTAL	28.141.263	29.001.096	29.051.423	0,2	3,2
PREVIDENCIÁRIOS + ACIDENTÁRIOS	24.426.882	25.139.549	25.176.323	0,1	3,1
PREVIDENCIÁRIOS	23.598.754	24.301.747	24.341.783	0,2	3,1
Aposentadorias	15.606.264	16.094.891	16.139.303	0,3	3,4
Idade	8.161.733	8.430.724	8.457.025	0,3	3,6
Invalidez	2.957.833	3.005.566	3.009.635	0,1	1,8
Tempo de Contribuição	4.486.698	4.658.601	4.672.643	0,3	4,1
Pensão por Morte	6.631.064	6.782.347	6.797.204	0,2	2,5
Auxílio-Doença	1.229.261	1.278.995	1.263.029	(1,2)	2,7
Salário-Maternidade	72.763	77.645	74.009	(4,7)	1,7
Outros	59.402	67.869	68.238	0,5	14,9
ACIDENTÁRIOS	828.128	837.802	834.540	(0,4)	0,8
Aposentadorias	166.339	173.303	173.759	0,3	4,5
Pensão por Morte	125.391	124.042	123.930	(0,1)	(1,2)
Auxílio-Doença	183.330	182.985	179.098	(2,1)	(2,3)
Auxílio-Acidente	281.058	288.118	288.673	0,2	2,7
Auxílio-Suplementar	72.010	69.354	69.080	(0,4)	(4,1)
ASSISTENCIAIS + EPU - Encargos Prev. União	3.714.381	3.861.547	3.875.100	0,4	4,3
ASSISTENCIAIS	3.703.505	3.850.141	3.863.503	0,3	4,3
Amparos Assistenciais - LOAS	3.401.541	3.579.766	3.595.337	0,4	5,7
Idoso	1.623.196	1.681.707	1.687.826	0,4	4,0
Portador de Deficiência	1.778.345	1.898.059	1.907.511	0,5	7,3
Pensões Mensais Vitalícias	14.284	13.637	13.608	(0,2)	(4,7)
Rendas Mensais Vitalícias	287.680	256.738	254.558	(0,8)	(11,5)
Idade	71.830	60.370	59.540	(1,4)	(17,1)
Invalidez	215.850	196.368	195.018	(0,7)	(9,7)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS UNIÃO(EPU)	10.876	11.406	11.597	1,7	6,6

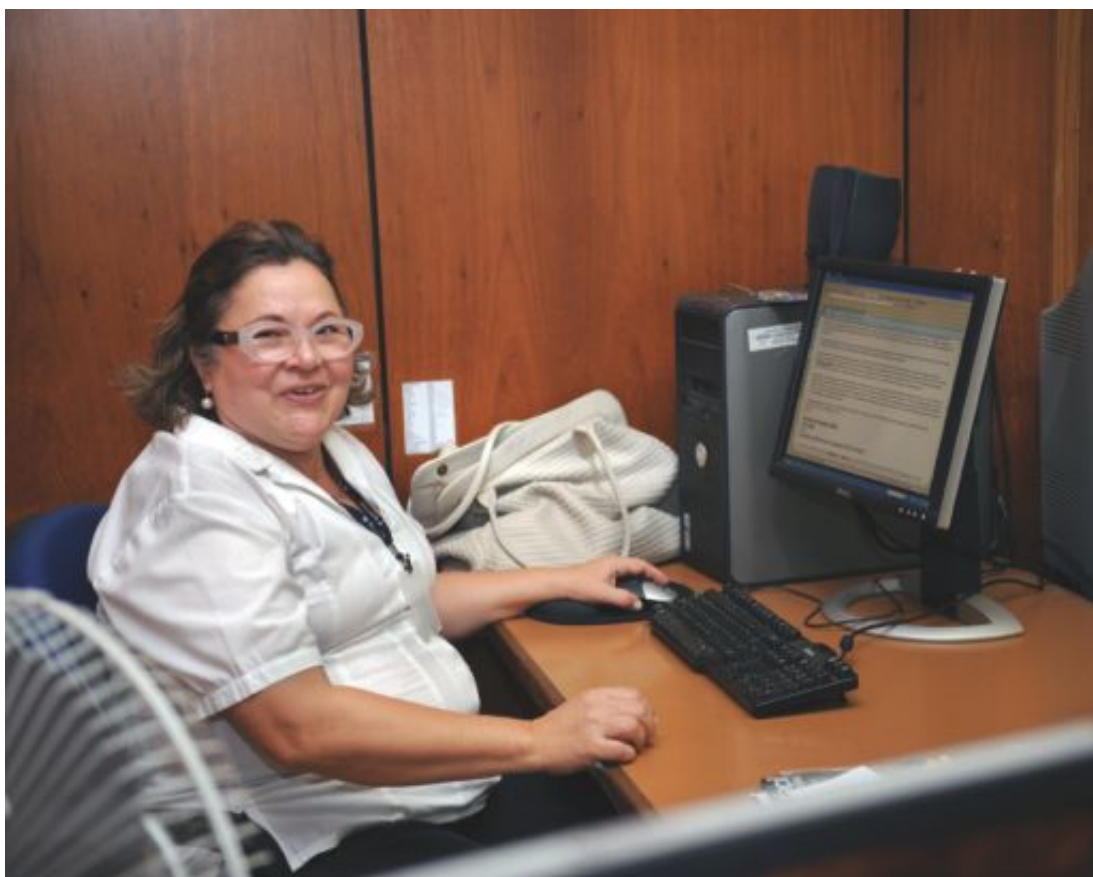
Fontes: Anuários Estatísticos da Previdência Social - AEPS; Boletim de Previdência Social - BEPS. Elaboração : SPS/MPS

Obs.: Os benefícios assistenciais, embora operacionalizados pelo INSS, estão sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Investimentos chegam a R\$ 54 bilhões

Os regimes dos servidores públicos contam com um patrimônio total de R\$ 156 bilhões e têm aumento expressivo

Roosevelt Pinheiro/ABR



Servidores públicos têm cobertura dos regimes próprios de Previdência: da União, dos estados e dos municípios

Responsáveis por uma grande parcela da poupança pública para investimento no País, os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores (RPPS) contam atualmente com um patrimônio de R\$ 156 bilhões, sendo que cerca de R\$ 54 bilhões estão investidos em aplicações do mercado financeiro. E a expectativa é de que esse volume cresça ainda mais nos próximos anos, devido à adoção de medidas de contenção de gastos e gestões responsáveis.

De 2004 a 2011 o crescimento de reservas financeiras dos RPPS foi de 400%, com resultados mais expressivos junto aos municípios. Os estados têm um crescimento mais lento, em função do déficit

do passado. A situação, no entanto, beneficia apenas cerca de 2 mil municípios brasileiros, sendo que todas as capitais e 1.950 municípios têm seus regimes próprios implantados.

Para os regimes próprios, a questão central é como garantir maior equilíbrio financeiro aos regimes existentes e possibilitar a criação de novos regimes, fortalecendo a cultura previdenciária no País. A Secretaria de Políticas de Previdência Social tem-se dedicado, desde 2010, ao estímulo e à criação de novos regimes próprios. Hoje, cerca de dois mil municípios adotam o RPPS e há um grande potencial para a implantação de novos

RPPS
Funcionários públicos
estatutários e militares



Teto: R\$ 26.723,13
Contribuintes: 6,4 milhões
Beneficiários: 3,4 milhões
Patrimônio: R\$ 156 bilhões
Investimentos: R\$ 54 bilhões

regimes no Brasil. “Vamos transformar o incentivo à ampliação dos regimes próprios em uma política do Ministério da Previdência Social”, destaca o secretário Leonardo Rolim.

O esforço do governo em estimular a criação de regimes próprios junto aos estados e municípios tem dado resultado. “Temos feito eventos pelo Brasil divulgando as vantagens e as responsabilidades para quem criar novos regimes. Incentivamos com responsabilidade e controle, deixando claro que via RPPS o município vai ter redução de gastos, porque a alíquota de contribuição do INSS será menor, o servidor vai poder participar da gestão e acompanhar a destinação dos recursos que vão financiar as aposentadorias”, informa Leonardo Rolim.

No entanto, os municípios precisarão, em contrapartida, cumprir uma série de exigências para ter direito aos CRPs - Certificados de Regularidade Previdenciária, condição para receberem repasses de transferências voluntárias da União e empréstimos tanto de bancos internacionais quanto de bancos oficiais. “Esta é uma linha em que temos atuado bem e que continuaremos ao longo de 2012”, informa o secretário.

Os municípios que adotaram regimes próprios melhoraram o equilíbrio de suas contas, afirma Leonardo Rolim, principalmente os mais recentes, que contam com um sistema superavitário; primeiro, porque têm mais servidores ativos do que inativos, ao contrário dos estados e da União; segundo, porque a maioria dos fundos dos municípios foi criada após a Lei 9717/98, que trouxe regulamentação que antes não existia.

“Os fundos mais antigos não fizeram capitalização, não tinham sistema de gestão adequado, deixando

como resultado um déficit que até hoje buscam solucionar. Este é o grande desafio dos fundos antigos para equilibrar esse déficit, e isso vem melhorando, no médio e no longo prazo”, ressalta Leonardo Rolim.

*Cerca de 2 mil
municípios já
contam com
regimes próprios*

Segundo ele, em relação aos municípios que implantaram seus regimes próprios a partir de 1999, a realidade é bem promissora: a cada ano aumentam os recursos nos investimentos financeiros. “Com exceção do

Paraná, que conta com mais recursos, os estados que têm registrado maiores crescimentos são da região Norte, com regimes mais recentes e, portanto, sem problemas de déficit”, informa o secretário.

Controle

Além do fomento à criação de novos regimes próprios pelos municípios, o Ministério da Previdência Social também atua no apoio à sua gestão. Por meio de parcerias com o Banco Mundial e com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, o ministério tem conseguido resultados expressivos junto a estados e municípios. Com esse apoio, foi possível a realização do cadastramento de beneficiários no Distrito Federal, na Paraíba e no Rio Grande do Sul, envolvendo servidores do Executivo, e nos outros poderes em 17 estados. Como resultado desse trabalho, o DF teve uma economia de R\$ 33 milhões por ano.

“Além disso, fizemos expressiva melhoria na base de dados, permitindo que eles tenham informações mais qualificadas e o cruzamento de informações entre União, estados e municípios, para detectar irregularidades. Vamos continuar fortemente esse trabalho em 2012, envolvendo



Leonardo Rolim
Secretário de
Políticas de
Previdência Social

as capitais e os 50 maiores municípios”, informa Leonardo Rolim.

A meta em 2012 é fortalecer uma atuação conjunta com a Dataprev e o Ministério do Planejamento para concluir o Sistema de Cadastro Nacional dos Regimes Próprios, o que permitirá o cruzamento de dados de todos os regimes próprios do País, possibilitando assim identificar acumulações indevidas de benefícios por parte dos servidores. “Em um primeiro momento, queremos incluir pelo menos a União, as capitais e os 50 maiores municípios no sistema, o que permitirá uma redução considerável de gastos para a União, para os estados e para os municípios”, assegura.

Uma experiência piloto feita em 2009, que envolveu a União e 13 estados, com o sistema ainda em desenvolvimento, identificou cerca de 190 mil indícios de acumulação de benefícios, segundo o secretário. “Agora poderemos fazer um trabalho mais elaborado e definitivo. Vamos ter um grau de detalhamento que vai identificar o servidor que tiver outro vínculo no momento de sua posse, e então ele vai ter que escolher entre o emprego novo e o antigo.”

Legislações

Outra linha de atuação incide na área legislativa, buscando melhorar todo o processo de legislação dos regimes próprios: mudanças na Constituição e nas leis gerais, com o objetivo de aprimoramento do sistema. Segundo o secretário, são mudanças, por exemplo, que envolvem temas ainda não totalmente resolvidos dos servidores, como a aposentadoria por invalidez, que culminou na aprovação em primeiro turno da PEC 270 na Câmara, além de leis complementares. A PEC modifica as aposentadorias por invalidez para os servidores que ingressaram no serviço público até 2003, passando a ter o mesmo critério para as aposentadorias por tempo de serviço.

Leonardo Rolim lembra que atualmente ela é proporcional: o servidor aposentado por invalidez perde uma parcela muito grande da sua aposentadoria. “É um pleito antigo dos servidores; após uma negociação, fechamos um acordo e foi votada em primeiro turno na Câmara; faltam agora o segundo turno e a votação no Senado.”

Também está na agenda a discussão de uma nova lei geral para os regimes próprios, que vai substituir a Lei 9717/98. “A nova legislação foi negociada com todos os estados e os dez maiores municípios brasileiros, além de com associações de municípios e de regimes próprios. Já estamos com o texto fechado e devemos encaminhar ao Congresso Nacional em 2012”, revela o secretário.

Existem também em tramitação no Congresso Nacional leis complementares que regulamentam as aposentadorias especiais dos servidores. A Constituição prevê a aposentadoria especial em três situações: de risco, de exposição a agentes nocivos e de servidor com deficiência. Até hoje nenhuma dessas três modalidades está regulamentada. O governo enviou três projetos para a Câmara - um é o PLP 554/2010, referente à aposentadoria especial por risco; o outro é o 555/2010, por exposição a agentes nocivos. Em relação aos servidores com deficiência, o Executivo deve encaminhar projeto no início de 2012. Já houve negociação com os relatores das propostas para encaminhamento rápido na tramitação e na votação das matérias, o que deve acontecer ainda no primeiro semestre de 2012.

Gestão eficiente é a chave do sucesso

A sustentabilidade financeira de um regime de previdência passa pela gestão eficaz dos recursos. Muitos regimes próprios, especialmente os mais antigos, acumularam ao longo dos anos dívidas oriundas do antigo modelo previdenciário associadas à demora na implementação de mecanismos de gestão e equacionamento dessas dívidas. O pagamento de benefícios sem controle preciso e o desvio de recursos para outros setores públicos também colaboraram para os déficits acumulados.

O Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), entidade máxima de deliberação presidida pelo secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, vem debatendo intensamente a questão dos investimentos dos RPPS. Atualmente, os recursos oriundos da arrecadação previdenciária são investidos no mercado financeiro de acordo com parâmetros determinados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O objetivo dessas aplicações é garantir o equilíbrio financeiro dos regimes, a longo prazo, e eliminar a necessidade de financiamento dos institutos mais antigos.

Para Otoni Guimarães, diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, do Ministério da Previdência Social, o caminho é colocar as contas em dia, investindo em aplicações financeiras seguras e rentáveis sem tirar o foco da gestão.

Segundo Otoni Guimarães, no ano de 2011, especialmente em razão da resolução 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional, se evolui muito em termos de possibilidade das aplicações financeiras dos regimes próprios. “Equacionamos alguns problemas que tínhamos com alguns fundos que já eram direcionados especialmente para RPPS e essa resolução também deu uma abertura maior,

inclusive com a aplicação de recursos em novos produtos já disponíveis no mercado”, ressaltou o diretor.

Segundo as determinações do CMN, essas aplicações devem buscar segmentos com baixo risco de crédito. Para atender às reivindicações dos RPPS de estados e municípios a respeito das possibilidades de investimento, o Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência, trouxe o tema para o debate durante o ano com gerentes-executivos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e demais seguradoras do mercado. As instituições financeiras apresentaram aos dirigentes novas possibilidades de investimento especialmente desenvolvidas para os RPPS.

O secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, acredita que este tema precisa ser debatido com frequência “Os RPPS devem estar preparados para o cenário econômico de queda de juros nos próximos anos”, ressaltou Rolim. No ano de 2011 os recursos aplicados pelos RPPS de todo o País somaram mais de R\$ 54 bilhões. Desse total, R\$ 51,6 bilhões foram investidos em renda fixa e R\$ 2,4 bilhões, em renda variável. Grande parte desses investimentos foi aplicada em títulos de emissão do Tesouro Nacional diretamente ou por meio de fundos.

O Departamento de Regimes de Previdência no Serviço Público também desenvolveu, em 2011, novos formulários para a supervisão dos RPPS. “Houve um grande avanço também com a melhoria do Demonstrativo da Política de Investimento e do Demonstrativo das Aplicações Financeiras desses investimentos. Nós estamos tendo maior controle e, assim, podemos oferecer mais suporte aos regimes, dando retorno sobre como eles estão aplicando esses recursos, oferecendo, assim, maior segurança”, destacou Otoni.

Tecnologia e aprimoramento de gestão

O Ministério da Previdência Social, por meio da sua empresa de tecnologia e informação, a Dataprev, desenvolveu um sistema gratuito para facilitar a gestão das informações de servidores ativos, aposentados e pensionistas. Com isso, os estados e municípios brasileiros que contam com Regime Próprio de Previdência não precisam mais contratar serviços privados para fazer a gestão dos dados dos seus servidores.

A ferramenta, batizada de Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (Siprev/Gestão), é um software público que permite coletar as informações sobre os servidores, validá-las e gerar um arquivo com dados de cada servidor e seus dependentes, garantindo economia na taxa de administração dos dados por parte dos entes federativos.

Para o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério, Leonardo Rolim, o sistema é um avanço: “É um grande benefício para os municípios brasileiros, principalmente para os menores, que tinham muita dificuldade para gerir os seus recursos humanos e geralmente tinham que contratar consultorias que cobravam custos muito elevados para o seu orçamento”, apontou Rolim.

O Siprev/Gestão foi criado em plataformas de software livre, é inteiramente gratuito e pode ser adquirido através da internet. Além disso, o sistema possibilita a assimilação de novas funcionalidades a partir das necessidades de cada município. O Ministério da Previdência promove, além do treinamento on line, cursos presenciais para os profissionais que irão utilizar o software nos institutos de previdência.

Para Otoni, os avanços do Siprev/Gestão aceleraram a implantação do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). “O Cadastro avançou bastante em 2011, muito pelo apoio que vem recebendo, tanto internamente - por parte da equipe do Ministério, que vem se dedicando bastante ao projeto -, quanto externamente, uma vez que ele adquiriu maior robustez em

termos de confiabilidade pelos usuários externos”, afirmou Guimarães.

A cidade de Fortaleza (CE) foi a primeira cidade brasileira a realizar o censo previdenciário dos servidores públicos por meio do Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS (Siprev-Gestão). O MPS está acompanhando cada passo da implantação do sistema. Técnicos do MPS treinaram servidores da prefeitura de Fortaleza. Eles são validadores do censo previdenciário, além de multiplicadores, e, até o mês de outubro, 528 servidores já tinham sido treinados e mais de 1 mil cadastramentos diários já estavam sendo realizados por esses servidores.

“Além de atualizarmos o cadastro, iremos estreitar o relacionamento com os nossos servidores”, afirmou o secretário de Administração de Fortaleza, Vaunik Ribeiro. Para ele, além de econômico, o Siprev-Gestão irá facilitar o trabalho de cadastramento. A prefeitura de Fortaleza emprega 35 mil servidores ativos e a atualização do cadastro poderá ser feita pelo servidor dentro do seu local de trabalho.

O Ministério aposta na multiplicação deste sucesso no próximo ano. “O momento agora é de avaliar e planejar nossas atividades para o ano que vem. O fomento à criação de novos regimes será uma das metas, porque os servidores públicos devem estar vinculados a regimes próprios, primeiro para cumprir a Constituição e segundo pelos benefícios fiscais que isso pode trazer para os municípios. Este é um grande projeto do nosso Departamento e do Ministério da Previdência”, conclui Otoni.

Funcionalidades

Além do banco de dados com o cadastro de dados pessoais, funcionais, carreira, cargo, órgão de lotação, jornada de trabalho, dados previdenciários e financeiros, emissão de certidão de tempo de contribuição, o Siprev/Gestão conta com diversos aplicativos e funcionalidades que

irão auxiliar os gestores de RPPS, como censo previdenciário, folha de pagamento, simulação de benefícios, gestão atuarial e gestão contábil.

Integração

Os dados já organizados por intermédio do Siprev/Gestão serão enviados para o CNIS/RPPS, um grande banco de dados dos servidores públicos de todo o país. A grande vantagem do CNIS/RPPS é evitar fraudes a partir de um controle eficaz dessas informações, inclusive com o cruzamento desse banco com o CNIS do regime geral e de outros regimes próprios.

Essas informações retornam para o RPPS como relatórios chamados de Informes de Previdência. O informe traz dados que irão auxiliar os gestores municipais na formulação de políticas adequadas. Com a entrada dos RPPS na base do CNIS/RPPS será possível reduzir os casos de fraude, duplicidade de benefícios ou resolver problemas relativos a teto remuneratório, dentre outros.

Para acessar

Qualquer estado ou município que adote RPPS já pode utilizar o Siprev/Gestão. Basta acessar o Portal do Software Público Brasileiro (www.softwarepublico.gov.br) por meio da Comunidade Siprev, onde se encontram todas as orientações necessárias para a utilização do sistema.

Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas

Ente	Ativos	Inativos e Pensionistas	Total	Relação Ativo/Beneficiário
União	1.111.583	949.848	2.061.431	1,17
Estados	3.028.876	1.844.108	4.872.984	1,64
Municípios	2.262.376	571.807	2.834.183	3,95
Total	6.402.835	3.365.763	9.768.598	

CASOS DE SUCESSO:

- **RPPS do Governo do Distrito Federal:** carregamento dos dados no SIPREV/Gestão, exportação para o CNIS/RPPS e tratamento e cruzamento de dados no Informe/CNIS/RPPS.

- **RPPS do Governo do Estado de São Paulo:** carregamento dos dados no SIPREV/Gestão, exportação para o CNIS/RPPS e tratamento e cruzamento de dados no Informe/CNIS/RPPS.

- **RPPS do Município de Fortaleza:** carregamento dos dados no SIPREV/Gestão, exportação para o CNIS/RPPS e tratamento e cruzamento de dados no Informe/CNIS/RPPS e realização de censo previdenciário do poder executivo.

- **Para o censo previdenciário o secretário de Administração efetuou ações de valorização do servidor, garantiu a realização do censo nos locais de trabalho do servidor e providenciou para que os 87 servidores treinados pelo MPS (SPS/DRPSP e Dataprev) instruissem mais 500 servidores como validadores do Censo Previdenciário:** estão responsáveis pela inclusão dos dados cadastrais, funcionais e financeiros no SIPREV/Gestão.

Concluído o Censo Previdenciário, o SIPREV/Gestão conterà dados que viabilizarão a concessão de benefício e a avaliação atuarial com qualidade, os quais serão novamente enviados ao CNIS/RPPS e, deste, para a solução de tratamento e cruzamento de dados, para disponibilização no Informe/CNIS/RPPS.

- **RPPS dos Três Poderes da União:** carregamento dos dados no SIPREV/Gestão, exportação de alguns órgãos para o CNIS/RPPS e tratamento e cruzamento de dados no Informe/CNIS/RPPS destes dados exportados.

Acidentes consomem R\$ 7,8 bilhões ao ano

Previdência Social começa a cobrar de motoristas infratores as despesas geradas por acidentes de trânsito

O dia 3 de novembro de 2011 foi uma data histórica para a Previdência Social brasileira. Naquele dia, o ministro Garibaldi Alves ajuizou, na Justiça Federal de Brasília, a primeira ação regressiva de trânsito para ressarcir o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e afirmou que o órgão não vai dar trégua a motoristas que provoquem acidentes ao dirigirem embriagados, em alta velocidade, na contramão em vias de alto fluxo, que resultem em prejuízo para o órgão. Esses infratores poderão ser processados pela Previdência Social e obrigados a ressarcir os gastos provocados aos cofres públicos.

“O importante é fixar que a Previdência não vai dar trégua a estes responsáveis por acidentes causados por embriaguez. A Previdência estava sendo onerada sem que houvesse um ressarcimento. A medida é educativa, exemplar. Nós acreditamos

que vai representar redução de acidentes de trânsito causados por motorista irresponsável que guia embriagado. Agora, ele vai pensar também que a Previdência está à sua caça e que vai puni-lo exemplarmente”, disse o ministro ao ajuizar a ação.

Para o secretário de Políticas de Previdência Social do ministério, Leonardo Rolim, essa iniciativa tem grande importância para a Previdência Social, pois, se alguém morre no trânsito, vai-se gerar uma pensão, ou, se fica inválido, vai-se gerar uma aposentadoria por invalidez. Se ficar hospitalizado por muito tempo, vai-se gerar um auxílio-doença. “Então, as ações que ingressamos na Justiça não têm só o objetivo de ressarcimento financeiro à Previdência, mas também servem como um alerta, para as pessoas terem mais cuidado no trânsito, não dirigirem embriagadas.”

O ministro Garibaldi Alves Filho, o presidente do INSS, Mauro Hauschild, o procurador chefe junto ao INSS, Alessandro Stefanutto, e o ministro da AGU, Fernando Luiz Albuquerque, protocolam na Justiça a primeira ação regressiva de trânsito



Antonio Cruz/ABr



A Previdência vai responsabilizar os causadores de acidentes de trânsito

Para se ter uma ideia, a estimativa é da ordem de R\$ 3 bilhões de gastos ao ano a título de pensão por morte para um universo de cerca de 330 pensionistas. Outros R\$ 4,4 bilhões são pagos anualmente em aposentadorias por invalidez, para cerca de 470 mil segurados que sofreram acidentes que levaram a invalidez nos últimos 20 anos.

A Previdência Social gasta ainda cerca de R\$ 410 milhões por ano com benefício de auxílio-doença, para cerca de 120 mil segurados vítimas de acidentes de trânsito. Isso perfaz um total de R\$ 7,8 bilhões gastos por ano pela Previdência Social somente em ocorrências de acidentes de trânsito, levando-se em conta apenas estimativas conservadoras referentes ao auxílio-doença e considerando-se que em todos os casos de morte e invalidez houve resgate do DPVAT.

Trabalho

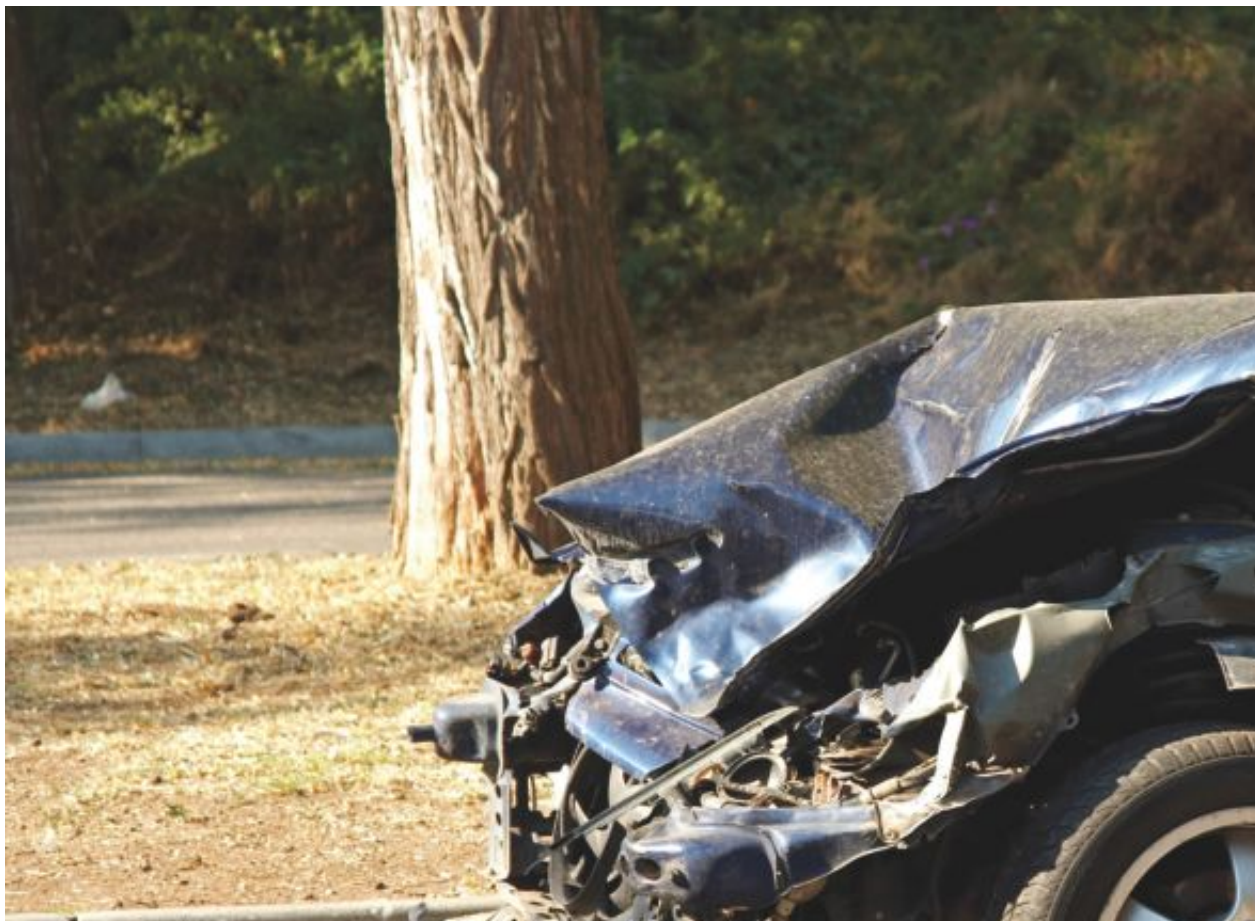
O governo está fazendo grande esforço para reduzir também o número de acidentes de trabalho. Os gastos com esse tipo de acidente são consideráveis. De dezembro de 2002 a junho de 2011, a quantidade de benefícios previdenciários e acidentários emitidos pela Previdência aumentou 31,4%, passando de 18,9 milhões para 24,8 milhões.

O custo Brasil com os eventos decorrentes dos riscos ambientais é da ordem de R\$ 56,8 bilhões, sendo que R\$ 14,2 bilhões representam a despesa da Previdência Social com pagamento de benefícios acidentários e aposentadorias especiais. O restante, cerca de R\$ 42,6 bilhões, é o somatório de despesas com reabilitação física (assistência e tratamentos médicos), reabilitação profissional e o custo indireto das conseqüências, entre outros.

Segundo estudos da Previdência, o cenário de acidentalidade no Brasil aponta números muito preocupantes: em média são 43 trabalhadores/dia que não mais retornam ao trabalho devido a invalidez ou morte (2009).

O secretário Leonardo Rolim lembra que em 2011 o governo federal aprovou a política nacional da saúde do trabalhador, com foco na prevenção dos acidentes de trabalho, uma ação conjunta entre os ministérios da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com participação de representantes da sociedade.

Em relação aos passivos previdenciários, o secretário informa que em 2010 foram pagos R\$ 7,2 bilhões de passivos judiciais. Em 2011, até o mês de maio, foram pagos outros R\$ 4,7 bilhões, em ações diversas, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez negada por médico-perito, entre outras demandas.



INSS ajuíza 1.833 ações regressivas

A expectativa do governo federal de ressarcimento aos cofres públicos é superior a R\$ 363 milhões

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por intermédio da Procuradoria Geral Federal (PGF), moveu 1.833 ações regressivas acidentárias contra empresas que descumprem legislação trabalhista até novembro de 2011. A expectativa de ressarcimento aos cofres públicos é superior a R\$ 363 milhões. Só em 2011, a PGF promoveu o ajuizamento de 385 ações – estimadas em R\$ 78,5 milhões – nas unidades da Procuradoria de todo o País.

As ações regressivas buscam ressarcir o INSS por valores pagos a segurados vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Essas ações são movidas contra empresas pelo não-cumprimento

ou ausência de fiscalização às normas de saúde e segurança do trabalho.

Parte de uma política pública de prevenção de acidentes instituída no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2008, as ações regressivas pretendem viabilizar a responsabilização de empregadores que descumprem a legislação, além da adoção de medidas preventivas que promovam a redução do número de acidentes de trabalho no País.

De acordo com o procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE/INSS), Alessandro Stefanutto, além do ressarcimento financeiro, as ações regressivas representam



R\$ 363 milhões

É a expectativa de ressarcimento aos cofres públicos das 1.833 ações regressivas acidentárias movidas até novembro de 2011 pelo INSS contra empresas que descumprem a legislação trabalhista

importante instrumento econômico-social de combate aos acidentes de trabalho. Segundo ele, as condenações obtidas nessas ações contribuem para a criação de uma consciência preventiva no setor empresarial e para a consequente redução do número de acidentes ocupacionais.

“As ações regressivas são mais um elemento de uma política que fortalece o sistema de proteção do trabalho”, destaca Stefanutto. O INSS apresenta, em termo de ações regressivas acidentárias, percentual de vitórias judiciais superior a 90%.

Entre os setores que registram os maiores índices de acidentalidade no País estão construção civil, agroindústria, energia elétrica, metalurgia, indústria calçadista, mineração e indústria moveleira.

Estimativa

Para o procurador-chefe da PFE/INSS, o potencial punitivo-pedagógico das ações regressivas pôde ser ampliado em 2011 por meio da sua extensão

para outras políticas públicas. Em novembro de 2011, a PGF ajuizou em favor do INSS a primeira ação regressiva em razão de acidentes de trânsito graves – com mortes e lesões sérias – causados pela irresponsabilidade de motoristas. A previsão é de que a iniciativa seja repetida em todo o País a partir de 2012.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 40 mil brasileiros morrem em decorrência de acidentes de trânsito todos os anos. A metade desse contingente é formada por pedestres, ciclistas e motociclistas.

Além de ressarcir financeiramente os cofres públicos – que hoje arcam com os benefícios das vítimas desses acidentes, como pensões por morte, aposentadorias por invalidez e auxílios-acidente –, as ações regressivas de trânsito visam o desenvolvimento real de uma política de redução do número de mortes nas vias e rodovias do País. Os principais alvos dessas ações são motoristas que tenham causado acidentes graves por dirigir embriagados ou em alta velocidade.

Mais segurança para o trabalhador

Empresas que não registraram acidente ou concessão de benefício acidentário em 2009 e 2010 pagarão metade da alíquota do seguro acidente em 2012

Cerca de 800 mil empresas brasileiras pagarão a metade da alíquota do seguro acidente em 2012. A medida faz parte da metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e beneficia empresas que não registraram nenhum tipo de acidente ou concessão de benefício acidentário em 2009 e 2010.

Ao todo, 1.008.071 empresas, integrantes de 1.301 subclasses de atividades econômicas, tiveram o FAP 2011 calculado pelo Departamento de Políticas

de Saúde e Segurança Ocupacional (DPSSO) do Ministério da Previdência Social (MPS). Noventa e dois por cento desse total teve bonificação na aplicação do FAP. Apenas 88.353 empresas tiveram aumento na alíquota de contribuição ao seguro acidente em 2012, pois apresentaram acidentalidade superior à média do seu setor econômico.

Para o diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, Remígio Todeschini, o FAP é um importante instrumento

Elza Fúza/ABR



A construção civil está entre as atividades que lideram o ranking de acidentes de trabalho

da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. “Os resultados gerais mostram a consistência da metodologia do FAP que está sendo aplicada. Sem dúvida, ela é uma fotografia da acidentalidade hoje no Brasil, que pretende levar as empresas a uma ação mais efetiva na busca pela cultura da prevenção de acidentes no ambiente de trabalho”, destaca Todeschini.

Base de cálculo

Criado com o objetivo de incentivar a melhoria das condições de trabalho e de saúde do trabalhador, o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é um multiplicador que varia de 0,5 a 2 pontos, a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas, para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.

O FAP varia anualmente. É calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social, por empresa. O fator incide sobre as alíquotas das empresas que são divididas em 1.301 subclasses da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE 2.0). A metodologia, porém, não é aplicada à contribuição das pequenas e microempresas, uma vez que elas recolhem os tributos pelo sistema simplificado, o Simples Nacional.

Comissão tripartite

Formada pelos ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho e Emprego, além de centrais sindicais e representantes empresariais, a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CTSST) coordena a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST) e

*De um total de 1.008.071
empresas brasileiras, 92%
tiveram bonificação na
aplicação do FAP e pagarão
alíquota menor de seguro
acidente em 2012*

está discutindo um Plano Nacional de Ações. “A elaboração e a implementação da PNSST é fundamental e o FAP faz parte dessas ações”, destaca o diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, Remígio Todeschini.

No âmbito da comissão, o papel do Ministério da Saúde é diagnosticar as doenças do trabalho dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), além de complementar a ação do MTE na vigilância dos ambientes de trabalho.

O Ministério do Trabalho e Emprego acompanha toda a normatização no campo de SST e fiscaliza as empresas.

Já o Ministério da Previdência Social faz o reconhecimento da incapacidade de natureza acidentária por intermédio dos nexos técnicos, incluindo o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). O MPS também calcula o FAP de cada empresa em função de sua acidentalidade.

Essas são as principais ações da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho. Para Todeschini, a prioridade da comissão é atacar fundamentalmente a gravidade dos acidentes na construção civil e no setor de transporte. Esses dois setores são responsáveis por 32% das mortes e invalidez no trabalho no Brasil.

Evolução do FAP das 492 maiores empresas

Estudo elaborado pelo Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional (DPSSO) do Ministério da Previdência Social (MPS) mostra que, entre as 492 maiores empresas por segmento, houve uma redução média entre 23 segmentos analisados. Dezoito segmentos apresentaram uma redução média de 15,31% e somente cinco segmentos tiveram um aumento médio do FAP de 11,49%. A metodologia consistiu em aplicar o FAP médio dessas empresas em cada um dos segmentos entre os anos de 2009 e 2011.

Para Remígio Todeschini, alguns fatores podem ter contribuído para a redução do FAP dessas empresas:

1. O impacto na nova ação da Previdência Social em comparar as empresas de um mesmo segmento econômico em função da acidentalidade geral, medindo-se frequência, gravidade e custo;
2. Os serviços de Segurança e Medicina do Trabalho dessas empresas que tiveram uma atuação mais efetiva no combate à acidentalidade;
3. O diálogo social que se estabeleceu entre trabalhadores e empresas para a melhoria das condições e organização do trabalho;
4. O forte impacto que isso representa na cobrança fiscal do seguro acidente do trabalho, possibilitando desde a redução pela metade até a cobrança em dobro do seguro acidente, via FAP, o que já induziu várias empresas a investirem mais em saúde e segurança;
5. O receio das empresas de serem mais penalizadas em função de possíveis ações regressivas do INSS, ao cobrar o custo dos benefícios em função da gravidade dos acidentes (morte e invalidez) e em alguns casos também a ação de fiscalização do próprio Ministério do Trabalho na área.

A tabela abaixo mostra a redução do FAP médio quando tiver sinal negativo.

492 maiores empresas por segmento

Setor	Nº de Empresas	Relação FAP médio 2009/2011 % (+/-)
Atacado	21	-31,011
Autoindústria	20	-6,999
Bens de Capital	20	-18,517
Bens de Consumo	20	30,228
Comunicações	12	-23,289
Diversos	21	-25,81
Eletroeletrônico	20	-9,486
Energia	40	-26,3
Farmacêutico	20	4,082
Indústria da Construção	20	-2,082
Indústria Digital	24	-23,347
Mineração	20	-9,555
Papel e Celulose	20	11,075
Produção Agropecuária	20	-16,515
Química e Petroquímica	22	-12,968
Serviços	40	-9,894
Siderurgia e Metalurgia	20	-11,655
Telecomunicações	20	8,835
Têxteis	20	-16,486
Transporte	26	3,237
Varejo	21	-17,454
Bancos	18	-1,63
Montadoras	7	-12,694
Total de Empresas	492	

Donas de casa protegidas

Mulheres de famílias de baixa renda já podem contribuir para a Previdência Social com alíquota reduzida

Desde outubro de 2011 os segurados facultativos de família de baixa renda, homens e mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho no âmbito de sua residência, podem contribuir para a Previdência Social com a alíquota de 5% do salário mínimo, o que corresponde ao valor de R\$ 31,10 por mês no piso vigente. Para isso, a renda mensal da família do segurado não pode ultrapassar a quantia de dois salários mínimos (R\$ 1.244).

A dona de casa de família de baixa renda tem direito aos seguintes benefícios da Previdência Social: aposentadoria por idade (aos 60 anos), aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e salário-maternidade. Sua família fica protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão. O segurado homem tem direito aos mesmos benefícios, mas a aposentadoria por idade se dá aos 65 anos. É obrigatório que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico),

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD 2009), havia no País, em 2009, um público de mais de seis milhões de mulheres entre 18 e 59 anos que podia se enquadrar no perfil das donas de casa de família de baixa renda.

Para o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, esta é uma luta que vem se desenvolvendo no Congresso Nacional desde 2001. “A presidenta Dilma Rousseff faz justiça às donas de casa que realizam um trabalho importantíssimo e que precisava ser reconhecido pela sociedade. Agora, essas donas de casa de baixa renda poderão ter direito aos benefícios da Previdência Social”, comemorou.

A inscrição como segurado facultativo de baixa renda é muito simples. Basta ligar para a Central 135 ou ir até uma das Agências da Previdência Social (APS).

Outros planos

A dona de casa que não pertence à família de baixa renda pode contribuir para a Previdência Social como segurada facultativa. O valor da contribuição pode ser de 11% sobre um salário mínimo, no caso daquela que opta pelo Plano Simplificado, para que a segurada tenha direito a aposentadoria por idade no valor do piso previdenciário, o que corresponde ao salário mínimo vigente. Caso opte por recolher 20%, o salário de contribuição varia entre um salário mínimo e o teto máximo de recolhimento da Previdência Social.

5%

É a alíquota sobre o salário mínimo a ser paga pelas mulheres e homens de baixa renda que se dedicam exclusivamente ao trabalho no âmbito de sua residência

Gastos de R\$ 60 bilhões por ano

Previdência paga benefícios a 6,7 milhões de pessoas em todo o País, o terceiro maior item de despesas do Regime Geral de Previdência

O Brasil gasta 3,2% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com pensões por morte, somados o regime geral e os regimes próprios. Isso é mais do que o dobro do que gastam França, Portugal, Suíça e Japão em termos proporcionais ao PIB, e mais de quatro vezes o que gastam Irlanda, Suécia, Espanha, Reino Unido e Alemanha, todos países desenvolvidos, com perfil etário mais envelhecido que o Brasil e com gastos com aposentadoria bem superiores aos nossos.

Por conta dessas distorções, as pensões representam o terceiro maior item de despesa do Regime Geral de Previdência Social, com R\$ 60 bilhões em 2011, pagas a 6,7 milhões de pessoas.

“O Brasil gasta com pensão mais do que qualquer outro país que comparamos. Com aposentadoria, estamos longe de ser um país com que mais gasta. Mas em relação a pensões somos o país que mais gasta, em relação ao PIB, comparando com países desenvolvidos”, ressalta o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim. “O resultado é que temos pensões muito generosas e aposentadorias relativamente baixas.”

Facilidades

O secretário lembra das facilidades para se obter pensões no Brasil, um dos poucos países em que não há carência de número de contribuições para se ter direito a pensão. Caso seja feita uma única contribuição pelo teto da Previdência e o segurado faleça, o pensionista receberá o teto do INSS pelo resto da vida.

Outra distorção existente diz respeito à dependência presumida, em que a esposa tem direito

à pensão mesmo que tenha uma boa renda e não dependa financeiramente do marido. E, mesmo que não tenha filhos menores e constitua nova família, continua recebendo o benefício.

Outra ocorrência que vem sendo percebida pela Previdência Social com mais frequência é o caso de viúvas jovens. Segundo dados levantados pelo ministério, é cada vez mais comum homens mais velhos se casarem com mulheres jovens. Com isso, viúvas com menos de 30 anos passam a receber pensão integral pelo resto da vida, independentemente de ter filhos e mesmo que se casem novamente. Segundo o secretário Leonardo Rolim, na maioria de outros países as viúvas jovens ou recebem o benefício até os filhos atingirem a maioridade ou, se não tiverem filhos, recebem por um prazo determinado até se adaptarem à vida sem o falecido marido.

No Brasil, a pensão é integral, exceto para servidores públicos com renda acima do teto da Previdência Social. Em praticamente todos os demais países, a pensão é um percentual da renda do segurado falecido. “A lógica disso é que, se ele faleceu, a família ficou menor e as despesas serão menores”, destaca o secretário, acrescentando que, além disso, no Brasil as famílias grandes são tratadas da mesma forma que as pequenas, ou seja, se o falecido deixou apenas uma viúva ou deixou quatro filhos, a pensão será a mesma.

O secretário aponta ainda o problema da reversão de cotas: se a pensão é dividida entre a viúva e os filhos, quando esses atingem a maioridade e perdem o direito à pensão, sua cota é revertida para a viúva, mesmo que ela não tenha mais nenhuma responsabilidade pela manutenção desses filhos.

3,2%

É quanto o Brasil gasta do seu Produto Interno Bruto (PIB) com pensões por morte, somados o regime geral e os regimes próprios

Leonardo Rolim informa que o ministério está discutindo e avaliando mudanças nas regras das pensões tanto para regimes próprios de servidores quanto para o regime geral, para apresentar ao Congresso Nacional. “É um tema muito sério que exige atenção e responsabilidade dos nossos legisladores”, ressalta Leonardo.

Entre as questões a serem corrigidas, segundo o secretário, está a da maioria. Ele explica que, ao completar 21 anos, o filho perde o benefício da pensão, mesmo que ainda esteja estudando e apesar de a Receita Federal ainda considerá-lo dependente para efeitos de imposto de renda. “Seria melhor para o futuro do País que esse jovem se qualificasse mais, ao invés de entrar diretamente no mercado de trabalho, tendo em muitos casos que abandonar seus estudos.”

Outro ponto refere-se à pessoa com deficiência. O secretário Leonardo Rolim lembra que o filho com deficiência que tenha mais de 21 anos

perde o benefício se conseguir um emprego, mesmo que sua renda seja pequena, pois deixa de ser considerado inválido. Segundo o secretário, todos os esforços das políticas voltadas para as pessoas com deficiência estão focados na inserção profissional como direito de cidadania e aumento de auto-estima. “A proposta, tanto para o regime geral quanto para servidores públicos, é que para determinadas deficiências, dependendo do salário, ao invés de cancelado, o benefício seja reduzido, voltando ao valor integral quando a pessoa com deficiência perder o emprego. O conceito deixa de ser de proteção à invalidez, mas sim de proteção à pessoa com deficiência grave (inválida ou não) e com grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho”, ressalta.



Serviço eleva atendimentos em quase 1.000%

Vagas para atendimento subiram de 93,8 mil em novembro de 2006 para 918 mil em setembro de 2011

Nos últimos anos, a Previdência Social criou mecanismos que desmistificaram a ideia de lentidão nos serviços ao segurado. Em junho de 2006 foi instalada a Central de Teleatendimento da Previdência Social, número 135, um marco na história do atendimento previdenciário. Isso permitiu que o cidadão agendasse para ser recebido em uma Agência da Previdência Social, com hora e local marcados. Em novembro daquele ano foram oferecidas 93,8 mil vagas para atendimento em todo o País, para os principais serviços agendáveis. Em setembro de 2011, a quantidade ofertada foi de 918 mil, um crescimento de quase 1.000%.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vem ampliando o número de vagas ofertadas. Na análise por estado, em 11 unidades da federação o acréscimo foi bem superior à média nacional. Com isso, os segurados tiveram redução no tempo de espera para serem atendidos.

O Amapá foi o estado que teve o maior crescimento na comparação entre os dois períodos. Em novembro de 2006 foram oferecidas 98 vagas de atendimento no estado, número que subiu para 2.235 em setembro passado. Em segundo lugar vem Tocantins, com aumento de 245 para 4.812 vagas. O terceiro lugar ficou com o Pará, que ampliou sua oferta de 1.550 para 28.292.

O crescimento na oferta de vagas ocorreu no grupo dos principais serviços agendáveis via canais remotos da Previdência (Central 135 e internet), do qual fazem parte a aposentadoria por idade urbana e rural, aposentadoria por tempo de contribuição, benefícios assistenciais da Loas, pensão por morte, salário-maternidade e auxílio-reclusão, além da emissão da certidão por tempo de contribuição (CTC).

O Amapá foi o estado que registrou o maior crescimento de uso da central telefônica, passando de 98 para 2.235 vagas ao mês

Com a oferta de vagas, os segurados passaram a esperar menos tempo para resolver sua demanda previdenciária. Em dezembro de 2006, o Tempo Médio de Espera no Agendamento (TMEA) para os principais servi-

ços agendáveis era de 59 dias na média nacional. Em setembro deste ano, o índice já havia baixado para 16 dias.

Como principal porta de entrada das demandas previdenciárias, a central atua como um filtro, realizando o agendamento apenas quando o segurado tem todas as condições exigidas para requerer o benefício. Desta forma, garante que os agendamentos sejam feitos apenas para aqueles usuários que realmente necessitam do serviço, evitando o desperdício de vagas. Este procedimento garante a boa gestão da agenda das agências e permite que o usuário tenha um atendimento rápido e eficaz, com o mínimo de espera.



Central é o caminho para acabar com as filas. Objetivo é que a aposentadoria seja efetivada em apenas 30 minutos

Facilidades

Para ser atendido com hora e local marcados, o segurado do INSS pode fazer o agendamento pela Central 135 ou pela internet, no Portal da Previdência (www.previdencia.gov.br). O espaço virtual oferece as mesmas facilidades do teleatendimento: são 48 serviços e links informativos, com o objetivo de desburocratizar o atendimento ao segurado. A página conta com mais de 1 milhão de acessos por mês, com demandas as mais variadas.

Com a preocupação de não onerar o segurado, a ligação para a Central 135 não tem custo se feita de um telefone fixo, ou seja, é de graça, e pode ser feita de um telefone celular, mas com custo de ligação local.

Além dos agendamentos, a central também é uma ferramenta muito importante para orientar os cidadãos na busca por seus direitos. Permite também a inscrição na Previdência Social e o registro de ocorrências junto à Ouvidoria.

O agendamento eletrônico proporcionou a redução das filas nas portas das agências da Previdência,

que geralmente começavam de madrugada. De acordo com dados do INSS, são aproximadamente seis milhões de ligações por mês nas centrais do País. Desse total, dois milhões das ligações se destinam a esclarecer dúvidas dos segurados.

REDE DE ATENDIMENTO

A rede de atendimento ao público é composta de 1.516 unidades:

- 1.240** Agências da Previdência Social
- 5** Agências de Benefício por Incapacidade
- 84** Agências de Atendimento de Demanda Judicial
- 5** unidades móveis – PREVBarco
- 4** navios – convênio com a Marinha
- 2** centrais de teleatendimento
- 176** PrevCidade

Menor distância e melhor atendimento

Governo federal está investindo na construção de 720 novas agências do INSS em todo o País

Toda vez que precisava resolver algum assunto a respeito da sua aposentadoria, o segurado Benedito Inácio Ferraz tinha que percorrer uma distância de 40 quilômetros para ter acesso aos serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desde setembro, quando foi inaugurada a Agência da Previdência Social (APS) em Cambará, no interior do Paraná, o segurado não precisa mais fazer o deslocamento, economizando tempo e dinheiro.

Assim como Benedito, milhões de segurados foram beneficiados com a construção de novas APS. Desde 2009, 125 agências foram inauguradas em todo o País no âmbito do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX). Somente em 2011, 59 unidades foram entregues à população.

Com a ampliação, os segurados não precisam mais percorrer longas distâncias em busca de atendimento. Eles são atendidos em ambientes confortáveis, modernos e seguros. As agências contam com dispositivos de segurança e têm acesso facilitado para idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais. Cidades com mais de 20 mil habitantes – onde não há agência da Previdência Social que disponha de todos os serviços – foram escolhidas para receber as novas estruturas.

Segurados participam da inauguração da Agência de Previdência Social em Nazaré da Mata (PE)





Investimentos

Para atender à demanda crescente, o governo está investindo na construção de 720 novas agências em todo o País, por meio do PEX. Além disso, a Previdência Social também está investindo na modernização da atual rede. Todas as unidades de atendimento estão sendo reformadas, ampliadas ou transferidas para prédios próprios. Para a expansão e modernização da rede existente o investimento é de R\$ 616,5 milhões, chegando a R\$ 1,1 bilhão com as obras.

Por meio de 1,2 mil unidades fixas são realizados, em média, mais de quatro milhões de atendimentos presenciais por mês em todo o Brasil. Além das agências, existem 176 PREVCidades (instaladas, preferencialmente, em municípios que não possuem unidade da Previdência Social) e cinco barcos, para aproximar o INSS de pessoas que moram em locais de difícil acesso.

Agências do INSS inauguradas em 2011

Agudos (SP)	Goianira (GO)	Porto Grande (AP)
Andirá (PR)	Guaraí (TO)	Presidente Médici (RO)
Andradas (MG)	Iguaí (BA)	Prudentópolis (PR)
Arapoti (PR)	Imbituva (PR)	Santa Cruz das Palmeiras (SP)
Astorga (PR)	Itamarandiba (MG)	Santa Rita do Sapucaí (MG)
Bananeiras (PB)	Itambacuri (MG)	São Bento (PB)
Baraúna (RN)	Itambé (BA)	São Gonçalo do Amarante (CE)
Bela Vista (GO)	Itaobim (MG)	São Gotardo (MG)
Belo Oriente (MG)	Lapa (PR)	São José da Laje (AL)
Brotas (SP)	Limoeiro do Anadia (AL)	Silva Jardim (RJ)
Cambará (PR)	Mandaguari (PR)	Taiobeiras (MG)
Campina Grande do Sul (PR)	Missão Velha (CE)	Tanguá (RJ)
Candido Sales (BA)	Mutuípe (BA)	Timon (MA)
Carmo do Paranaíba (MG)	Nova Mutum (MT)	Touros (RN)
Cláudio (MG)	Oiapoque (AP)	Traipu (AL)
Cupira (PE)	Orós (CE)	União (PI)
Encruzilhada (BA)	Palotina (PR)	Valparaíso (GO)
Espigão D'Oeste (RO)	Paracuru (CE)	Várzea da Palma (MG)
Flores (PE)	Pedras de Fogo (PB)	Xaxim (SC)
Floresta (PE)	Pedro II (PI)	

Instrumento para melhorar a gestão

Sala monitora, em tempo real, o funcionamento das 1.240 agências da Previdência Social instaladas em todo o País



Fotos: Nicolas Gomes

Na Sala de Monitoramento é possível acompanhar movimento de todas as agências

Desde 2009, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem uma ferramenta que registra, a cada ano, melhora significativa no atendimento ao segurado: a Sala de Monitoramento. Criada para auxiliar os gestores do INSS, a sala monitora, em tempo real, o funcionamento das 1.240 Agências da Previdência Social (APS) instaladas em todo o País. Hoje, ela funciona, não só para dar suporte ao gestor, mas também para munir o Instituto de informações com o intuito de melhor atender o segurado da Previdência Social.

“O objetivo é garantir que o gestor perceba rapidamente quando há um problema, facilitando sua ação e garantindo que o funcionamento da unidade retorne à normalidade no menor espaço de tempo possível”, ressalta Cinara Fredo, diretora de Atendimento do INSS.

Segundo Makyson Teixeira, chefe da Sala de Monitoramento, antes da ferramenta havia dificuldade muito grande para se avaliar a gestão, mas agora há mais transparência nesse sentido.



As informações sobre o cotidiano das APS eram restritas a algumas pessoas. Hoje, qualquer servidor do INSS tem acesso às informações e pode ajudar na gestão do seu local de trabalho.

Disponíveis em vários painéis, os dados são atualizados a cada 15 minutos. É possível acompanhar os indicadores de atendimento e saber quando, como e por que uma agência não está funcionando, ou está lenta na prestação do serviço ao cidadão. Entre os indicadores visualizados estão a quantidade de pessoas esperando para serem atendidas, o tempo médio de espera, a duração do atendimento no guichê, o número de servidores e os gastos na unidade, além dos equipamentos disponíveis até o momento.

Uma das informações que mais contribuiu para um atendimento de qualidade foi a visualização da demanda em cada serviço, como aposentadoria, perícia e cadastro do segurado. Agora, os gestores conseguem identificar qual serviço tem uma procura maior e remanejar as vagas para aquele serviço que mais necessite. “Com essa ferramenta começamos a visualizar distorções no atendimento e no número de vagas. Só então, conseguimos melhorar a oferta de vagas em cada serviço disponível nas agências”, ressaltou Teixeira.

Novas ferramentas

“Agora, todos na agência têm a opção de serem proativos”, o que faz a diferença no serviço prestado. Nos últimos três meses, inovações na Sala de Monitoramento permitiram melhorar ainda mais a gestão no atendimento. Uma das novidades foi a inclusão da agenda Sistema de Agendamento Eletrônico (SAE), que permite ao gestor visualizar a próxima data disponível para agendar determinado serviço, o que ajuda na informação precisa e ágil prestada ao segurado.

15 minutos

É o tempo máximo em que os dados são atualizados nos vários painéis

A agenda Perícia Médica também é outra ferramenta nova. Antes, o segurado que tivesse pendência administrativa, como falta de documentos ou exames a apresentar, era encaminhado ao médico perito, que não poderia examiná-lo sem que a pendência fosse resolvida. O segurado era obrigado a voltar ao atendimento no guichê e, posteriormente, ser atendido pelo médico perito. Agora, a agenda detecta a pendência antes da realização da perícia. Assim, o servidor da agência liga para o segurado para que este chegue antes e traga os documentos necessários para ser atendido.

Diariamente, a nova ferramenta Retrato da Unidade mostra os indicadores de atendimento, como as senhas emitidas em determinado dia, a quantidade de perícias marcadas, os agendamentos mantidos e a hora em que a agência começou a funcionar.

Existem hoje duas salas de monitoramento. No segundo semestre de 2011, a Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação Institucional disponibilizou os equipamentos necessários para que o Ministério da Previdência Social também pudesse avaliar, monitorar e controlar a gestão dos órgãos previdenciários em tempo real. Assim, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, acompanha de seu gabinete tudo o que acontece no ministério e nas autarquias a ele vinculadas.

Mais informações aos cidadãos

Em 2011, o programa realizou 8.396 ações, atendeu a 684.409 pessoas e contou com 11.397 disseminadores externos

Apesar do trabalho intenso de divulgação por parte do governo federal, utilizando-se de todos os meios disponíveis para chegar ao cidadão, muitos brasileiros ainda não conhecem os seus direitos previdenciários.

Para mudar esse cenário, o Ministério da Previdência Social tem ampliado os seus canais e programas para levar à sociedade informações acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Essa é a missão do Programa de Educação Previdenciária (PEP), que é desenvolvido pelo INSS com a finalidade de divulgar políticas de Previdência Social e valorizar a cidadania.

Em 12 anos de existência, o programa realizou 50 mil ações, atendeu a 7,5 milhões de pessoas e contou com 76 mil disseminadores externos. Em 2011, o PEP realizou 8.396 ações, atendeu a 684.409 pessoas e contou com 11.397 disseminadores externos.

Além de desenvolver ações de informação e conscientização sobre direitos e deveres previdenciários, o programa vai ao encontro da sociedade e a prepara para usufruir, com tranquilidade e segurança, de tudo aquilo que a previdência pública, enquanto sistema de proteção social, pode oferecer.

São realizados palestras, seminários, campanhas, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas e universidades. Educação Previdenciária se faz, também, no campo, nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres e de cidadania, nas estradas e nos eventos de grande porte, entre outros lugares.

As ações são realizadas em parceria com diversos segmentos organizados da sociedade, como sindicatos, associações de classe, cooperativas, entidades educacionais, entidades religiosas, ONGs, entre outros.

Os públicos participantes das ações de Educação Previdenciária são: agentes e líderes comunitários, líderes sindicais, contabilistas, idosos, menores aprendizes, monitores e gestores de telecentros, mulheres e donas de casa, pessoas hospitalizadas ou internas em entidades de longa permanência ou casa-lar, portadores de necessidades especiais, presidiários e familiares, trabalhadores e produtores rurais, pescadores, servidores públicos, trabalhadores ambulantes, entre outros.

A atuação do PEP também se faz junto às comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, religiosas e LGBT e comunidade escolar, envolvendo os alunos, pais de alunos, professores, diretores e funcionários das escolas e universidades.

A Educação Previdenciária desenvolve ações com vistas ao cumprimento de seu objetivo, contribuindo para o alcance de um dos objetivos da Seguridade Social, inserido na Constituição Federal, que é a universalidade da cobertura e do atendimento.

As ações vão muito além do ato de informar. Ao estabelecer a interlocução entre a Instituição e a sociedade, inclui os temas previdenciários nos diálogos sociais, auxiliando os indivíduos a compreenderem e a exercerem seus direitos.

Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária, objetivo de longo prazo. Porém, ao incentivar a inclusão no sistema, a

Resultados da Educação Previdenciária em 2011:

- 8.396 ações realizadas
- 684.409 pessoas atendidas
- 11.397 disseminadores externos

Resultado da Educação Previdenciária em 12 anos de existência:

- 50 mil ações realizadas
- 7,5 milhões pessoas atendidas
- 76 mil disseminadores externos

Educação Previdenciária também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação do controle social.

Ações

Por meio das ações desenvolvidas pelo PEP, o INSS diversifica as suas formas de relacionamento com a sociedade. Entre as atividades promovidas pelo programa destacam-se:

Ações de orientação e informação – caracterizam-se pelo atendimento individual ao cidadão, durante a ação educativa sobre Previdência Social realizada em praça pública, em feiras de exposição, nas ações e/ou mutirões de cidadania, no campo ou em conjunto com o atendimento das Unidades Móveis (PrevBarco e PrevMóvel).

Palestras – são realizadas em parceria com entidades da sociedade civil organizada, nas quais são abordados temas sobre a Previdência Social.

Programas de mídia – o rádio e a TV também são ferramentas de disseminação das informações previdenciárias.

Curso para disseminadores externos – ocorrem em parceria com associações, sindicatos, escolas, universidades, órgãos da administração federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como outras entidades da sociedade civil organizada. Esses cursos têm como objetivo ampliar a capilaridade do programa e, conseqüentemente, a rede disseminadora das informações previdenciárias.

Educação a distância – por intermédio de parcerias firmadas com entidades vinculadas ao Programa de Inclusão Digital e com os recursos da Educação a Distância (EAD), os usuários dos telecentros têm acesso a informações previdenciárias.

Incentivo à formalização – ações de incentivo à inscrição no sistema previdenciário, acompanhadas de atividades de esclarecimento sobre canais e critérios de acesso aos benefícios, desenvolvidas com o objetivo de agilizar a prestação dos serviços e proporcionar maior comodidade aos usuários.

Parcerias e cooperação institucional – para ampliar sua capilaridade e abrangência, o PEP celebra parcerias com sindicatos, associações, entidades assistenciais e comunitárias, clubes de serviço, associações de bairro, entidades de classe, empresas, igrejas, estados e municípios - particularmente por meio de seus organismos de ação social, organizações não governamentais, agentes públicos e comunitários para que, em conjunto, possam levar a educação previdenciária ao maior número possível de trabalhadores.

Projetos da Educação Previdenciária para 2012:

- Educação Previdenciária nas Escolas
- Material de Apoio para Professor e Aluno
- Educação Previdenciária a Distância (Empresas, Universidades, Telecentros etc)
- Educação Previdenciária para Terceirizados da Administração Pública
- Histórias em Quadrinhos na Internet
- Cartilhas Eletrônicas na Internet
- Oficinas Modulares na Internet
- Ações Nacionais
- TV PEP
- Rádio PEP

Futuro garantido para os servidores públicos dos Três Poderes

Previdência complementar dos servidores públicos será o maior fundo da América Latina em poucos anos. Congresso prepara votação



Fotos: Gustavo Lima / Agência Câmara

A sessão especial da Câmara para discutir o Funpresp foi realizada em dezembro

Com uma taxa de crescimento médio em torno de 10% ao ano e um saldo negativo de R\$ 60 bilhões em 2011, o déficit da previdência dos servidores públicos tornaria inviável o futuro da previdência social do Brasil em poucos anos. Como consequência, traria insegurança a todos, com o risco de a União não conseguir arcar com as despesas crescentes. Por isso, o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp), que está na pauta de votações do Congresso Nacional em 2012, traz mais tranquilidade e garantirá os recursos necessários para pagamento dos benefícios a todos os segurados.

O projeto tramita atualmente em regime de urgência constitucional no Congresso Nacional

e deve ser o primeiro item a ser votado pela Câmara dos Deputados em 2012, inclusive com um acordo de lideranças para não ocorrer obstrução da votação. O Funpresp será a maior entidade fechada de previdência complementar da América Latina e irá garantir a complementação da aposentadoria dos servidores que ganham acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Idealizado com o objetivo de garantir o equilíbrio do regime de previdência dos servidores públicos federais, o Projeto de Lei 1992/2007 irá regulamentar a Reforma da Previdência realizada pelo governo federal em 2003 e colocá-la em prática. As alterações não atingirão os atuais servidores

ativos e inativos da União, uma vez que serão válidas apenas para os aprovados em concurso público após a aprovação da lei.

A proposta prevê a limitação das aposentadorias dos servidores públicos até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – hoje fixado em R\$ 3.916,20 – como acontece com os trabalhadores da iniciativa privada. Para os servidores que ganham acima desse valor, a complementação das aposentadorias seria realizada por meio de três fundos de pensão a serem criados para os Três Poderes.

No dia 7 de dezembro, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, estiveram na Câmara dos Deputados para debater a proposta do Funpresp. Para o ministro, que está otimista em relação à aprovação do projeto logo no início dos trabalhos legislativos de 2012, o fundo será a solução para enfrentar o déficit crônico da Previdência Social.

Conforme estudo do Ministério da Fazenda, o novo modelo irá proporcionar uma economia de R\$ 20 bilhões à União a partir de 2040.

Sustentabilidade

Para o secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Jaime Mariz, a criação do Funpresp assegura a sustentabilidade financeira do regime

de previdência pública, uma vez que, no curto prazo, deterá o aumento do déficit do sistema previdenciário dos servidores federais – hoje crescente em torno de 10% ao ano – e no médio prazo garantirá a sua redução.

De acordo com o secretário, não há orçamento que possa arcar com as aposentadorias dos atuais servidores públicos se não houver avanços. Só no ano de 2010, o regime de previdência do funcionalismo federal acumulou um déficit orçamentário de R\$ 51 bilhões para custear a aposentadoria de 950 mil servidores. A expectativa de crescimento é de 10% para 2011, chegando à casa dos R\$ 60 bilhões.

As estimativas do Ministério da Previdência Social são de que o regime de previdência dos servidores federais comece a registrar redução de gastos dentro de dez anos após a aprovação do projeto de lei. A previsão é que o déficit atual – relativo ao pagamento das aposentadorias dos servidores públicos – seja anulado em três décadas.

Atualmente, dos 1,1 milhão de servidores federais em atividade, 431 mil recebem remuneração superior ao teto do RGPS.

Investimentos

O secretário Jaime Mariz destaca que o Funpresp tem duas vertentes: a primeira é um redesenho do futuro previdenciário brasileiro, pois o fundo ataca um dos maiores problemas da Previdência,

Em 2011, o regime de previdência do funcionalismo federal acumulou um déficit orçamentário de R\$ 60 bilhões



O ministro Garibaldi Alves Filho defendeu o projeto na Câmara

que é o déficit. “Hoje nós temos o regime geral, que atende a 29 milhões de brasileiros, com um déficit menor do que o regime próprio dos servidores públicos, que, apesar de atender a um número 30 vezes menor de servidores, tem um déficit muito maior. No ano passado foi de R\$ 51 bilhões e em 2011 fechou com R\$ 60 bilhões, com um crescimento médio em torno de 10% ao ano. Enquanto no regime geral a tendência é diminuir - o déficit no ano de 2010 foi de R\$ 43 bilhões e em 2011, de R\$ 35,5 bilhões - no regime próprio o déficit tende a aumentar.”

Segundo o secretário, o Funpresp tem a função de tentar redesenhar o futuro. “Se hoje temos um futuro extremamente preocupante, daqui a dez anos teremos algo de proporções inimagináveis. Então, com o fundo, procuramos buscar um futuro tranquilizador, fazendo que a União possa honrar as atuais aposentadorias e atender à demanda desses novos servidores por meio do fundo, com um regime mais equilibrado, sem problemas de déficit.”

Além do equilíbrio financeiro do regime de previdência dos servidores da União, o secretário de Previdência Complementar defende a criação do Funpresp como fundamental para a ampliação dos investimentos em obras de infraestrutura

no País. Esta é a outra vertente do projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, a formação de uma poupança nacional. “A criação do Funpresp, além de garantir a manutenção do nível salarial dos futuros servidores na aposentadoria, permite a liberação de recursos por parte do governo federal – que poderá investir em áreas que considere prioritárias –, aumenta a poupança interna brasileira e eleva a avaliação dos investidores nacionais e internacionais com relação ao cenário econômico brasileiro”, argumenta.

De acordo com Mariz, o sistema que o Brasil quer implantar hoje para o seu quadro de pessoal já foi instituído pelas principais economias globais. “É assim que o mundo inteiro aposenta seus servidores. Dos 12 maiores fundos de pensão do mundo, 11 são de servidores públicos”, afirma. Para o secretário, o PL 1992 permite redesenhar o futuro do País.

“Há consenso entre os economistas de que o Brasil investe apenas a metade do que deveria investir, algo em torno de 15% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, seriam necessários 30% para garantir o desenvolvimento sustentável de melhor qualidade. O fundo tem essa dupla característica”, afirma Mariz.

Divisão em três não enfraquece o fundo

A divisão do Funpresp em três fundos, para representar os servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, não enfraqueceu o projeto, na visão do secretário de Previdência Complementar. Segundo ele, em todas as negociações o governo teve a preocupação de preservar a essência do projeto. “Nada do que foi acordado descharacterizou o projeto. Como estamos falando de um fundo que deverá ser o maior da América Latina, não afeta em nada dividir esse gigante em três partes, todas grandes. Todos terão gestão própria, mas regidos por uma lei única, então não há risco de disparidade entre eles. Haverá políticas diferentes de aplicação, mas nada que comprometa”, ressalta.

Para Mariz, há aspectos importantes nessa divisão, como a melhoria da governança e maior representatividade a todas as categorias. Segundo ele, em um fundo único determinadas categorias não se sentiriam representadas, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público. “Mas no momento em que tenho três fundos, é provável que o TCU e o Ministério Público tenham uma representação efetiva nos fundos aos quais serão ligados.”

Para o Ministério da Previdência, o fundo não se inviabiliza ao aumentar a alíquota de contribuição do governo de 7,5% para 8,5%. Ao contrário, serve para equiparar os benefícios daqueles com aposentadorias comuns com as carreiras que têm aposentadoria especial. “Destacou-se 1% para um fundo de equalização dos benefícios, o que terminou tornando o projeto mais palatável em termos políticos, e isso nos assegurará, tenho certeza, uma aprovação tranquila no Congresso Nacional”, ressalta Jaime Mariz.

O aumento anual do déficit da Previdência com os servidores públicos federais é de 10%

Entenda como serão as contribuições

Atualmente, os servidores públicos federais que recebem acima do teto do RGPS, hoje fixado em R\$ 3.916,20, contribuem para a Previdência Social com 11% sobre o total da sua remuneração. De acordo com o novo regime, o servidor continuará contribuindo com 11% até esse limite, garantindo desse modo as aposentadorias até o teto da Previdência Social.

Para os servidores com remunerações superiores a esse valor, haverá a opção de aderir ao Funpresp, que será responsável pelo pagamento da complementação das aposentadorias. O novo regime prevê a contribuição do servidor de 7,5% mensais no que exceder o teto do RGPS e o seu salário. Por sua vez, a União irá contribuir com 7,5% ao fundo, totalizando uma contribuição de 15%.

Essa contribuição deixa de ser revertida para o orçamento da União, como acontece hoje, para ser destinada ao Funpresp, que, sem fins lucrativos, terá como objetivo fundamental realizar o pagamento desses benefícios. São essas duas contribuições – para a Previdência Social e para o fundo de pensão – que serão responsáveis pelas aposentadorias e pensões dos futuros servidores. Em comparação com o regime em vigor, a maior parte dos servidores – caso mantenham contribuições semelhantes às atuais – alcançará aposentadorias superiores às garantidas atualmente.



As alíquotas de contribuição foram discutidas com parlamentares da base aliada. Para Jaime Mariz, Funpresp será a solução para acabar com o déficit da Previdência

Cobertura complementar ainda baixa

A previdência complementar tem um forte significado para a economia brasileira. Os fundos de pensão possuem atualmente em torno de R\$ 560 bilhões de capital acumulado, mas a cobertura previdenciária complementar não chega a 3% da população economicamente ativa (PEA). Então o Funpresp deverá mudar esse quadro e ser, no prazo de 15 anos, o maior do Brasil e talvez da América Latina.

Segundo Jaime Mariz, toda avaliação a respeito da previdência complementar conclui que não estamos ampliando a cobertura previdenciária. “Temos 92 milhões de brasileiros economicamente ativos e só 2,7 milhões cobertos pela

previdência complementar. É um índice baixo”, ressalta o secretário.

Para ele, o que falta é uma educação previdenciária que mostre as verdadeiras vantagens e a segurança do sistema. Ele acredita que o Funpresp, e também o fundo dos servidores do Estado de São Paulo e de outros estados que ainda virão, podem mudar esse quadro.

“Essa é a maneira moderna de se aposentar servidores públicos e também trabalhadores da iniciativa privada, pois não causa déficit. Esse regime em vigor atualmente, de repartição simples, em que a geração que trabalha financia a geração aposentada, esse regime exauriu-se, pois para que ele fosse sustentável precisaríamos de quatro servidores na ativa para um aposentado. Na medida que eu tenho uma relação praticamente de um para um (atualmente 1,17 ativo para 1 aposentado), isso não se mantém”, destaca o secretário Jaime Mariz.



E a tendência é piorar: o Ministério do Planejamento tem uma previsão de que nos próximos cinco anos 40% da força de trabalho da União terá tempo mínimo para se aposentar. Na hora em que se fizer a reposição desses servidores que se aposentarem, essa relação cairá mais ainda. “O que estamos vendo é a exaustão de um modelo que deu certo durante muito tempo, no momento em que o Brasil tinha uma taxa de fecundidade muito alta e uma expectativa de vida menor. Tínhamos uma pirâmide populacional. Hoje essa figura já não é uma pirâmide e tenderá a se deformar mais ainda. Temos um encurtamento da base, pois a fecundidade da mulher brasileira caiu muito, e isso se reflete nas contratações, e a longevidade aumentou. Ou seja, encurtou-se a base e ampliou-se o topo da pirâmide.”

Segurança

O que garante mais segurança ao sistema, segundo o secretário Jaime Mariz, é que o Brasil conseguiu

fazer, nos últimos 12 anos, um redesenho completo do seu sistema de previdência complementar. Segundo ele, há alguns anos, quando se falava em fundo de pensão, vinham à mente os descasos ocorridos no passado, quando os contribuintes eram sempre penalizados: “No passado, quando as pessoas se aposentaram, foram atrás de sua poupança e ela não existia. Então houve uma legislação complementar muito bem elaborada, com as leis 108 e 109, e além do mais a gestão do governo foi dividida em duas partes: uma que fiscaliza e outra que propõe políticas; isso deu uma governança melhor, pois quem fiscaliza não edita as normas”, ressalta Jaime Mariz.

Segundo o secretário, houve um avanço muito grande na área de previdência complementar e isso dá um conforto grande ao governo, de que as aposentadorias serão honradas no médio e longo prazos, pois o sistema é bem gerido, bem regulado e com participação democrática de todos os participantes.

Empreendedor individual turbina economia

Mais de 1,9 milhão de empreendedores formalizados já podem contar com a cobertura da Previdência Social

Ascom Sebrae



A pipoqueira Maria Selma foi citada como caso de sucesso até pela presidenta Dilma

Isabelle Cordeiro Todt, de 33 anos, e Maria Selma Costa, de 37, são duas empreendedoras que deram uma guinada na sua vida profissional nos últimos dois anos. A curitibana Isabelle foi o milionésimo empreendedor individual a se formalizar no País, em abril deste ano. Maquiadora e artista plástica, ela regularizou sua situação com o objetivo de se registrar no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A partir de agora, Isabelle, que é especialista em maquiagem para campanhas publicitárias, pode emitir nota fiscal, o que abre portas para seu negócio. A sergipana Selma, por sua vez, viu a sorte sorrir ao estar no local e na hora certa e hoje é fornecedora de pipocas para a Petrobras.

O sucesso de Selma virou até caso no programa de rádio "Café com a Presidenta, contado com orgulho pela presidenta Dilma Rousseff: "Em Sergipe, tem uma pipoqueira, a dona Selma, ganhando um bom dinheiro. Ela vende pipoca para a Petrobras, uma empresa pública", disse Dilma, explicando como são

utilizadas as pipocas vendidas por Selma. A Petrobras utiliza o produto para a realização de exercícios simulados para a contenção de manchas de óleo no mar. A pipoca é lançada ao mar para simular uma mancha de petróleo. Biodegradável, ela substitui as bóias de isopor utilizadas anteriormente nessas simulações. Evita prejuízos ao meio ambiente, e pode inclusive ser ingerida pelos peixes.

É a própria Selma que conta a sua história. Numa tarde comum de fevereiro de 2010, ela estava trabalhando no seu ponto habitual em Aracaju (SE), a Praça Tobias Barreto, no bairro São José, quando um homem se aproximou, pediu um pouco da pipoca que um dos seus filhos estava comendo e foi embora. Selma ficou com medo de ser alguém da fiscalização da prefeitura, mas no dia seguinte o homem reapareceu e fez a maior das encomendas já recebidas pela profissional: mais de 60 quilos de pipoca, quantidade que normalmente levaria cerca de 180 dias para vender.

A surpresa foi ainda maior quando o homem explicou o motivo. Queria as pipocas para jogar no mar. E ainda perguntou se, a cada três ou quatro meses, ela poderia fornecer a mesma quantidade de milho estourado também para que fossem atiradas ao mar. Selma, que há dois anos trabalhava na informalidade, regularizou-se como empreendedora individual e hoje é fornecedora de pipocas para a Petrobras em Sergipe. “A Petrobras precisou, e eu estava ali para servi-los”, resume.

Isabelle também comemora a formalização: “É muito bom, pois posso continuar trabalhando com a área de que gosto de uma maneira profissional, formal”, afirma. “Agora vou poder emitir nota fiscal com meu próprio nome. É muito importante para meu trabalho e acho que deve contribuir para elevar a demanda pelos serviços”, afirma. Ao se formalizar, Isabelle passou a ter direito à cobertura do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que lhe garante proteção em casos de doença, acidentes, aposentadoria por idade após 15 anos de trabalho, além de licença-maternidade e outros benefícios. “Acho que estava na hora de contribuir para o INSS, é uma garantia de aposentadoria.”

Casos como o de Isabelle e de Selma mostram a persistência dos milhões de empreendedores informais que trabalham duro no dia a dia, sem nenhuma proteção previdenciária, acesso a crédito bancário ou oportunidade de contratos com empresas públicas por não serem regularizados. Mas que agora têm a chance de sair da informalidade e ganhar cidadania, com o programa Empreendedor Individual.

R\$ 31,10

É o valor da contribuição para a Previdência Social paga pelos empreendedores individuais em 2012, o que equivalia a 5% do salário mínimo

Avanço

O País chegou ao final de 2011 com quase 2 milhões de empreendedores individuais (EI) cadastrados no Simples Nacional, um regime tributário diferenciado e simplificado da Receita Federal do Brasil (RFB) aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, que também beneficia o trabalhador que atua por conta própria.

Este programa permite que milhões de empreendedores que trabalham no comércio, na indústria e no setor de serviços saiam da informalidade, legalizem seus empreendimentos, tenham um CNPJ e passem a contar com a proteção da Previdência Social durante toda a vida.

Eles são ambulantes, doceiras, pipoqueiros, manicures, homens e mulheres que montaram o próprio negócio e hoje contribuem para dinamizar a economia do País, além de ajudar a melhorar a renda de suas famílias. Atualmente existe uma lista com quase 500 ocupações que podem ser desempenhadas por um empreendedor individual. De acordo com dados divulgados pela RFB, o comércio varejista de vestuário e acessórios e os salões de beleza (cabeleireiros) continuam liderando as ocupações entre estes trabalhadores entre todas as regiões brasileiras.

“A nossa avaliação em relação ao Programa Empreendedor Individual é bastante positiva. Desde o início, o nosso objetivo foi incentivar ainda mais a formalização desses trabalhadores para permitir que tenham acesso à cobertura previdenciária”, destaca o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

A presidenta Dilma Rousseff cumprimenta Isabelle Cordeiro, a milionésima empreendedora



Roberto Stuckert Filho/Presidência

Criado em 2009, o programa tinha como meta atingir 1 milhão de empreendedores formalizados, mas o número foi atingido em março de 2011. Em dezembro de 2011, o número chegou a 1,9 milhão de empreendedores inscritos.

“Esse crescimento se deve ao fato de a presidenta Dilma Rousseff ter reduzido a contribuição de 11% para 5%, porque, no que toca à Previdência Social, o que se estava notando era um crescimento da inadimplência, e as pessoas não queriam se formalizar porque achavam que iriam se deparar com as mesmas dificuldades de antes”, completa o ministro Garibaldi Filho.

O empreendedor formalizado tem acesso a benefícios previdenciários, como auxílio-doença, aposentadoria por idade (60 anos mulher e 65 anos homem), aposentadoria por invalidez e salário-maternidade. A família do trabalhador tem direito à pensão por morte e auxílio-reclusão. O trabalhador também tem acesso a juros diferenciados na rede bancária, pode participar de compras do governo e de licitações para a venda de seus produtos ou serviços.

Além disso, conta ainda com a vantagem do imposto zero para o governo federal, pagando apenas R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), se for do comércio e da indústria, ou R\$ 5 de Imposto sobre Serviços (ISS), caso atue no setor de serviços, além da contribuição previdenciária de R\$ 31,10 (5% sobre o salário mínimo). Para aqueles que têm atividade mista, de comércio e indústria e prestação de serviço, o custo de formalização era de R\$ 37,10.

O empreendedor formalizado tem acesso a benefícios previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria

Facilidades para a formalização

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNSD 2009), o Brasil tinha 27 milhões de trabalhadores na informalidade em 2009. Deste total, 13 milhões eram empreendedores, sendo que sete milhões tinham capacidade contributiva, ou seja, tinham uma renda superior ao salário mínimo, o que demonstra o grande potencial de formalizações dos empreendedores.

Além da redução da alíquota de contribuição para a Previdência Social, outra medida adotada pelo governo federal

para permitir que mais trabalhadores possam ter condições de se cadastrar como empreendedores individuais é a ampliação do faturamento anual desses trabalhadores, que passou de R\$ 36 mil brutos por ano em 2011 para R\$ 60 mil, válido a partir de 2012.

O governo também tem investido, cada vez mais, na simplificação do processo de cadastramento dos empreendedores. Segundo o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, a experiência com o EI mostrou que a desburocratização e a atuação integrada dos diversos atores envolvidos podem trazer grandes resultados. “Hoje, já temos mais de um milhão e novecentos mil empreendedores

individuais e esse número vem crescendo cada vez mais. Pesquisas mostram que o desenho integrado de políticas, a simplificação de procedimentos e a solução ágil de gargalos, pela atuação conjunta e monitoramento constante por um grupo de órgãos públicos e não governamentais, têm sido a chave do sucesso deste programa”, revela.

O cadastro como empreendedor individual é muito simples. Basta acessar o Portal do Empreendedor na internet (www.portaldoempreendedor.gov.br) e fazer a inscrição. Em apenas alguns minutos, o trabalhador já poderá ter acesso ao certificado de condição de empreendedor individual e ao número de CNPJ. O processo é todo gratuito.

Globalização da cobertura previdenciária

Brasil intensifica política de proteção social aos brasileiros que vivem fora do País, garantindo a eles maior segurança

Nos últimos anos, o Brasil vem intensificando esforços para a celebração de acordos internacionais de reciprocidade em matéria de Previdência Social. As ações estão em sintonia com a preocupação do governo federal em assegurar proteção social aos mais de 3,5 milhões de cidadãos brasileiros que vivem além das fronteiras nacionais. A cooperação previdenciária, outra área de atuação do Ministério da Previdência Social em âmbito internacional, visa ao fortalecimento da previdência social de outros países.

Apenas em 2011, o MPS concluiu texto de acordo previdenciário com a França, assinou o acordo de aplicação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, apresentou proposta de texto de acordo para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), participou de negociações na área previdenciária internacional no âmbito do G-20 e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além de subscrever as convenções da OIT, assinou termo de ajuste com o Canadá e acordo previdenciário com Quebec, e retomou as negociações para atualização de acordo com a Espanha, entre diversas outras ações.

Quanto à cooperação previdenciária internacional, além da realizada com o Paraguai e o Timor-Leste, destaca-se o projeto “Modernização da Previdência Social em Moçambique”, que envolve diversas ações de fortalecimento da proteção social no país membro da CPLP, entre elas a informatização do sistema de cobranças e pagamentos do sistema previdenciário moçambicano.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, que está à frente das negociações, junto com o Ministério

das Relações Exteriores (MRE), na ampliação desses acordos internacionais, com o objetivo de proporcionar maior proteção social aos brasileiros que vivem fora do País, houve avanços significativos nos últimos anos.

Entre os destaques, Gabas aponta os acordos com o Japão, que já está fechado e entrará em vigor em março de 2012, beneficiando 230 mil brasileiros que vivem naquele país, e com os Estados Unidos, que está em fase de assinatura, já tendo passado pelo Congresso, e que beneficiará 1,3 milhão de brasileiros naquele país. “Está faltando apenas o governo dos EUA definir uma data de assinatura”, informa Gabas.

Atualmente, existem nove acordos em vigor, incluindo dois que são multilaterais – Mercosul e Iberoamericano, este último abrangendo 22 países e beneficiando 677 mil brasileiros. Por sua vez, o Mercosul chega a 267 mil brasileiros. Fazem parte desse quadro também Cabo Verde (350 brasileiros), Chile (10.600), Espanha (158.761), Grécia (3.000), Itália (85.000), Luxemburgo (dados não fornecidos pelo MRE) e Portugal (136.220).

Em fase de ratificação estão os acordos com Alemanha e Bélgica, e os adicionais com Portugal, Canadá, Quebec e França. Além disso, há o acordo negociado com Moçambique em 2011.

Fortalecimento

A política de fortalecimento dos acordos internacionais, segundo Gabas, começou em 2003, com o mapeamento e costura do acordo com o Mercosul, que entrou em vigor em 2005. “A partir do Mercosul começamos a desenvolver o



O secretário-executivo da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, e o embaixador da Bélgica no Brasil, Claude Misson, assinam ajuste de acordo previdenciário

Iberoamericano, com 22 países, que entrou em vigor em 1º maio de 2011. Foi um trabalho difícil, de coordenar a legislação previdenciária desses 22 países, mas com persistência e dedicação conseguimos fechar o acordo no período de dois anos”, conta Gabas.

Graças a esse esforço do governo brasileiro, a grande maioria dos brasileiros que vivem no exterior conta com cobertura previdenciária. “O nosso desafio é promover a globalização da previdência, chegando a todos os brasileiros. Isso será possível com a ampliação do acordo Iberoamericano, por meio de Portugal e Espanha, com a União Europeia, construindo o primeiro instrumento jurídico mundial. Estamos mobilizando as organizações internacionais para tentar conseguir ampliar o leque de proteção de brasileiros fora do País”, ressalta Gabas.

Antes, sem os acordos internacionais, os brasileiros que viviam no exterior, e também os estrangeiros

que viviam no Brasil, passavam por uma situação inusitada: não conseguiam se aposentar nem aqui nem lá fora. “Muitos brasileiros que já tinham começado a trabalhar e contribuir com a previdência aqui no Brasil, quando saíam para trabalhar perdiam seu tempo de contribuição, pois não podiam somar com aquele trabalhado em outro país. A mesma coisa valia para os estrangeiros. Então, não conseguiam se aposentar nem aqui nem lá”, destaca o secretário-executivo.

Essa situação só mudou quando o governo brasileiro conseguiu coordenar legislações com outros países e fechar acordos de reciprocidade no âmbito da proteção social. Aí, tanto os brasileiros quanto os estrangeiros protegidos pelos acordos puderam somar os seus tempos de contribuição em cada país. “Ao assinar esses acordos, após passar pelo Congresso Nacional, ganhando força de lei, nós passamos a proteger essas pessoas que moram fora. E também os estrangeiros que vieram para cá trabalhar.”

ACORDOS EM VIGOR

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros
Cabo Verde	7/2/1979	350
Chile	16/10/1993	10.600
Espanha	16/5/1991	158.761
Grécia	12/9/1984	3.000
Iberoamericano (*)	7/4/2008	677.679
Itália	9/12/1970	85.000
Luxemburgo	16/12/1965	Dados não fornecidos pelo MRE
Mercosul (*)	19/9/1997	267.235
Portugal	7/5/1991	136.220

(*) Acordos multilaterais

ACORDO NEGOCIADO (2011)

Moçambique	3.500
------------	-------

ACORDOS EM TRAMITAÇÃO

Preparativos para entrada em vigor (previsão março de 2012):

Japão	29/7/2010	230.552
-------	-----------	---------

Em fase de ratificação:

Alemanha	3/12/2009	91.087
Bélgica	4/10/2009	60.000
Portugal (acordo adicional)	9/8/2006	136.220
Canadá	8/8/2011	30.146
Quebec	26/10/2011	
França	16/12/2011	80.010

Em fase de assinatura:

Estados Unidos	1.388.000
Espanha (revisão acordo)	158.761

PREVBarco leva cidadania ao interior

Projeto de unidades móveis flutuantes chega aos 14 anos com 11 embarcações, concedendo benefícios previdenciários em tempo real aos povos da região

A população ribeirinha da região Norte sofre com o isolamento e a falta de meios de locomoção para chegar aos grandes centros, em busca de atendimento previdenciário. Para facilitar a vida dessas pessoas mais humildes, carentes de cidadania, a Previdência Social conta com as unidades móveis flutuantes (PREVBarco), cujo projeto completou 14 anos.

Atualmente com aparato tecnológico que permite às embarcações oferecer os mesmos serviços das agências fixas da Previdência Social, o atendimento aos segurados é feito por intermédio de 11 barcos. São quatro PREVBarcos, quatro navios da Marinha do Brasil e três do Pronto Atendimento Itinerante (PAI), estes em convênio com o governo do Estado do Amazonas.

Ao longo de

2011, as quatro

unidades do

PREVBarco

realizaram

33.804

atendimentos

Com essa estrutura, tornou-se possível ampliar o atendimento às populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas e outras populações que vivem em áreas isoladas e de difícil acesso.

As unidades são equipadas com alta tecnologia, que permite a transmissão de dados via satélite, possibilitando assim o acesso on line aos dados do segurado e a concessão de benefícios em até meia hora.

Todos os anos, entre fevereiro e dezembro, embarcações levam os serviços da Previdência Social aos segurados que habitam as margens dos rios, em localidades onde não há acesso a uma agência fixa da Previdência Social.

Em 2011, as quatro unidades do PREVBarco realizaram 33.804 atendimentos. As navegações foram encerradas no dia 17 de dezembro, com previsão de retorno em fevereiro de 2012.

Para o chefe da Divisão de Atendimento da Superintendência Regional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Anderson Plácido Fernandes de Oliveira, os resultados das quatro unidades flutuantes são compatíveis com os



de uma agência fixa de pequeno porte. No entanto, são as peculiaridades dos barcos que o tornam importantes na missão de reconhecimento de direitos da Previdência Social.

“A função básica do PREVBarco é conceder benefícios. Levar cidadania a brasileiros. Sem esse atendimento, os ribeirinhos teriam que navegar, em alguns casos, por até 22 dias pelos rios da Amazônia para serem atendidos em uma agência fixa da Previdência Social”, afirma Anderson.

Em outubro de 2011, além da programação regular, as duas unidades PREVBarco I e II do Pará estiveram em três das 11 cidades paraenses, durante a Operação Cidadania Xingu. O objetivo era levar ações sociais à população que vive nas proximidades da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte.

Atendimentos

Ao longo de 2011, o PREVBarco Manaus I visitou 23 municípios em seis missões de navegação pelos rios Negro, Madeira e Solimões, entre os meses de fevereiro e dezembro. Nesse período, foram feitos mais de 15 mil atendimentos e liberados mais de 2.600 benefícios da Previdência Social.

Segundo o gerente da unidade, Clizares Doalcei, o trabalho contou com a ajuda de 54 servidores do INSS de diversas localidades do País. “Podemos visualizar a necessidade de conservar esse serviço itinerante para chegarmos às localidades mais distantes. Com isso, a Previdência cumpre sua missão que é garantir proteção para o trabalhador e sua família, promovendo o bem-estar social”, disse.

O PREVBarco I – Belém/PA percorreu 20 municípios abrangendo a Ilha de Marajó e localidades do Baixo e do Alto Tocantins, realizando 5.862 atendimentos diversos.

Após diversas missões por 11 municípios, o PREVBarco II Santarém/PA retornou ao porto com 7.559 atendimentos realizados. Segundo a gerente, Anne Nazaré Guedes, o benefício mais procurado em 2011 foi o salário-maternidade, com 1.423 requerimentos, seguido da aposentadoria por idade, com 824 solicitações.

A unidade PREVBarco de Rondônia percorreu os rios fronteiriços entre Brasil e Bolívia, pelas águas do Guaporé e do Mamoré. Foram três viagens, a partir de maio de 2011, com 5.162 atendimentos. Nesse período, a embarcação visitou sete municípios onde estão localizadas 13 aldeias indígenas e oito comunidades extrativistas.

O PREVBarco vai aos locais de difícil acesso e facilita a vida da população

Modernização

Também em 2011, os PREVBarcos foram modernizados com a instalação do Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SGA), um software que controla e acelera o atendimento aos segurados, facilitando o planejamento do fluxo de pessoas e servidores nas agências.

Os atributos de atendimento ao cidadão, inclusão social, além de maturidade e consolidação

do projeto, colocaram o PREVBarco, em 2011, entre os cases de sucessos da administração pública selecionados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

O projeto de atendimento flutuante da Previdência Social envolve, ainda, outras sete embarcações, que realizam atendimentos previdenciários em rios da Amazônia mediante convênios com a Marinha do Brasil e com o governo do Estado do Amazonas.

A população ribeirinha aproveita o PREVBarco para realizar várias operações



Projeto será caso de destaque na Enap

A história e a evolução do projeto da unidade móvel flutuante da Previdência Social, o PREVBarco, vai ser objeto de estudo de caso por parte da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). O objetivo é apontar o Projeto PREVBarco como um dos cases de sucesso na administração pública brasileira.

O PREVBarco foi ganhador do Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal e agora foi escolhido para constar do acervo da ENAP como “case” de sucesso. O projeto ganhou o Prêmio Inovação em

O início de uma saga de sucesso

O PREVBarco foi implantado em 12 de setembro de 1997, com o nome de Posto Flutuante, quando atendia à região oeste do Pará, conhecida como Baixo Amazonas. Na primeira viagem, em 1998, visitou 36 municípios. O objetivo era facilitar o acesso dos segurados aos serviços da Previdência Social nos municípios onde não havia Agência da Previdência Social.

A dimensão geográfica do Pará foi levada em consideração na concepção do projeto. O Pará é o segundo maior estado do Brasil, ocupando uma área territorial com mais de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, distribuídos em seis mesorregiões, 22 microrregiões e 143 municípios, os quais se interligam por meio de hidrovias, aerovias e rodovias. Naquela época, o ribeirinho viajava até a Agência de Santarém, a única da região oeste, por mais de 48 horas, o que obrigava à permanência do beneficiário durante a noite na porta da Agência à espera de atendimento.

A experiência alcançou êxito e, em dezembro de 1998, o posto flutuante foi premiado nacionalmente, no Terceiro Concurso de Experiências Inovadoras de Gestão na Administração Pública Federal, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ligada ao ex-Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), com o prêmio Hélio Beltrão.

Ampliação

Passados dois anos da implantação do projeto, a demanda aumentou. O barco, que atendia tanto a região oeste quanto a norte do Pará, não estava conseguindo cumprir um cronograma em um curto espaço de tempo, além de o tipo de embarcação não ser o mais adequado para navegar na região norte do Pará.

Em 9 de novembro de 1999, o INSS lançou o Posto Flutuante II, para atender à região das ilhas e ao Arquipélago de Marajó. A embarcação era do tipo ferry-boat, com capacidade para percorrer os rios de baixa profundidade. No início do século XXI, o então posto flutuante recebeu nova denominação: PREVBarco, a Agência flutuante da Previdência Social, que leva aos povos dos rios da Amazônia os benefícios previdenciários. Em 2004, a Gerência-Executiva substituiu as duas embarcações usadas no Pará por outras que oferecem melhores acomodações e equipadas com motores com capacidade para realizar viagens mais longas.

Para Anne Guedes, gestora do PREVBarco II, “a importância é atender ao ribeirinho e levar cidadania a essa população”, carente de serviços públicos em regiões isoladas. O PREVBarco II de Santarém atende a 11 municípios: Aveiro, Óbidos, Oriximiná, Juruti, Faro, Terra Santa, Monte Alegre, Prainha, Almeirim, Porto de Moz e Senador José Porfírio. O PREVBarco I atende à região das ilhas e ao arquipélago de Marajó. A embarcação já contabiliza mais de 163 mil atendimentos em sua história.

1998 e evoluiu com a inclusão de novas tecnologias. Hoje, está mais moderno e, por intermédio de satélite, pode conceder benefícios em tempo real, da mesma forma que uma Agência fixa da Previdência Social.

O PREVBarco foi selecionado entre os premiados da ENAP por seus atributos de atendimento ao cidadão, inclusão social, além de maturidade e consolidação do projeto. O projeto foi apresentado como case de sucesso da Gestão Pública Brasileira no Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). O resultado do estudo de caso do PREVBarco será colocado à disposição de pesquisadores no endereço www.casoteca.enap.gov.br.

Uma Previdência mais eficiente

Nicolas Gomes



Mauro Hauschild
Presidente do INSS

Melhoria no atendimento aos segurados, ampliação no atendimento nas agências, inauguração de 125 novas agências em todo o País, mais benefícios aos servidores internos e intensificação do combate às fraudes. Estas foram algumas das principais ações desenvolvidas pelo INSS ao longo de 2011, na visão do presidente do Instituto, Mauro Hauschild. O desafio para 2012 é tentar melhorar os indicadores e tornar ainda mais acessíveis aos cidadãos brasileiros os serviços prestados pela Previdência Social.

Ações realizadas em 2011

O ano de 2011, apesar da contenção de orçamento, das dificuldades que nós tivemos também com a não-implantação dos nossos sistemas, com a limitação de pessoal - afinal de contas nós temos quase um terço dos nossos servidores em abono de permanência -, os resultados foram satisfatórios. As metas, imaginando uma redução de quase 50% das despesas com diárias e passagens, foram muito próximas daquilo que pretendíamos se tivéssemos recebido todo o orçamento previsto para 2011. Realizamos ações voltadas para o servidor, com a criação dos dois turnos ininterruptos com jornadas de 12 horas corridas, com os servidores da área de atendimento trabalhando em turnos de 6 horas. Com isso nós teremos um período de atendimento maior em 2012, o que vai facilitar também para o segurado que poderá ter as agências abertas por mais tempo. Também tivemos inúmeras ações de repressão às fraudes, com muitos agentes externos presos, e também casos envolvendo servidores, mostrando que a Previdência, junto com a Polícia Federal e o Ministério Público, têm agido com rigor. Outra conquista foi a autorização do concurso público para o INSS.

O fim das filas

Até 10 anos atrás, se falássemos em fila, teríamos a percepção de que quem gosta de fila é aposentado. Hoje, esse problema foi resolvido, é coisa do passado. Acho que essa é uma demonstração de seriedade que foi tratada pelo presidente Lula, hoje com a presidenta Dilma e o ministro Garibaldi Alves Filho, que vem se empenhando cada vez mais pra que a gente melhore nosso atendimento. A Central 135 vem se expandindo, nós hoje recebemos mais de 7 milhões de ligações e fazemos mais de 4 milhões e meio em atendimentos presenciais em nossas agências todos os meses, com quase 35 mil agendamentos por mês, para reconhecimento de benefício, mais 33 mil perícias agendadas todos os meses,

sendo que as pessoas na sua grande maioria têm data, hora e local definido, além do que o benefício que essas pessoas recebem é pago a partir do dia em que elas ligam para gente – ou seja, no momento em que ela levanta o telefone do gancho ela passa a ter direito ao benefício.

Expansão da rede de atendimento

O plano de expansão é um projeto que prevê a criação de 729 agências. Destas, nós já inauguramos 125 novas agências, temos 196 em construção e mais de 50 prontas para serem inauguradas, dependendo de pequenos detalhes, e estamos com 57 editais na rua. Além disso, já temos uma previsão de quase R\$ 200 milhões para 2012, que vai permitir o início de processos de licitações para mais um conjunto de novas obras. Cada nova obra do PEX permite que a gente amplie a nossa rede de atendimento, encurte as distâncias do segurado até a Previdência Social, com isso ele perde menos tempo, ele se desloca menos, ele consegue ser atendido na sua própria cidade ou num município muito próximo de sua casa, fazendo com que ele tenha mais comunidade, conforto, mais respeito e mais dignidade.

Novas redes e canais

Hoje o INSS tem inúmeros canais para se relacionar com o cidadão. Temos os nossos canais remotos, a Central 135, estamos com um piloto da nossa agência eletrônica, que é uma forma da gente também conseguir chegar até o cidadão por meio da internet. Tanto o Ministério quanto o INSS hoje têm Twitter, perfil no Facebook, então temos formas e mecanismos de acessos, principalmente para essas gerações mais novas, que se utilizam mais das redes sociais. Temos também todo um conjunto de medidas junto com as instituições financeiras. Hoje o segurado tem um conjunto de informações disponíveis nos terminais de atendimento dos bancos. Também criamos o “Previdência Aqui”, que é um modelo de quiosque avançado em lugares estratégicos de alta densidade populacional, que não tinham a previdência do Estado, como no bairro da Restinga, em Porto Alegre, e em quatro unidades pacificadas no Rio de Janeiro, facilitando o acesso a orientações e informações por parte do cidadão nestas unidades. Em Porto Alegre e em duas unidades do Rio, o fluxo de pessoas atendidas nesses “Previdência Aqui” é maior até do que de algumas agências da Previdência Social, mostrando que o piloto está se mostrando muito efetivo e garantindo que a gente possa, quem sabe, inaugurar outros ao longo de 2012 para dar mais acesso, mais informação, ao nosso segurado da Previdência Social.

*O ‘Previdência
Aqui’ é um modelo
de quiosque
avançado em
lugares estratégicos
de alta densidade
populacional*

Em 2012 vamos reforçar o combate às fraudes, ampliar as parcerias com governos e prefeituras e melhorar mais o atendimento

Maior presença na região Norte

Atualmente o INSS tem suas próprias embarcações e também tem um convênio com a Marinha do Brasil para utilização de alguns de seus navios para a realização desse serviço de levar atendimento aonde o segurado está. Nós estamos discutindo uma parceria com a Caixa Econômica Federal, que também tem alguns barcos a seu serviço na região Amazônica. Nós estamos tentando fazer uma parceria com eles em que eles possam, eventualmente, se valer das nossas embarcações para os seus serviços e nós possamos também utilizar as embarcações deles para os serviços da Previdência, de forma que a gente tenha mais acesso a mais locais remotos da população nessa região do País, e assim possamos atender a mais pessoas, de forma a garantir seus direitos. Com o objetivo de ampliar o atendimento aos cidadãos da região Norte e ter maior presença local, a Previdência criou 10 novas gerências executivas para a região ao longo de 2011.

Combate às fraudes

Naturalmente a fragilidade desse modelo que nós ainda adotamos, ou seja, nós ainda trabalhamos muito com a apresentação de documentos para a comprovação de requisitos para a aposentadoria, o que facilita as fraudes. O que nós estamos fazendo? Com os novos sistemas que estamos trabalhando, a implantação do novo CNIS, que é o Cadastro Nacional de Informações Sociais, e a implementação, ao longo de 2012, do SIB, que é o nosso Sistema Integrado de Benefício, nós pretendemos cada vez mais nos transformar numa instituição cuja principal atividade seja administrar o cadastro, ou seja, nós precisamos ter todas as informações do segurado, e informações de qualidade. Com informações de qualidade será possível que a gente não precise exigir mais tanta documentação do nosso segurado, para que a gente possa trabalhar no sentido do reconhecimento automático do direito. O cadastro é a chave do nosso negócio. Quanto mais qualidade de informação e quanto mais quantidade de informação, menos o segurado precisará vir até a Agência da Previdência Social.

Recuperação de recursos desviados

Existem duas etapas nos processos. Primeiro é o processo de apuração, então, por isso, há uma atividade conjunta entre Polícia Federal, Ministério Público e Previdência Social, mais especificamente o INSS e a APE. Essas equipes juntas formam o que chamamos de Força Tarefa Previdenciária. Inclusive, o INSS tem um convênio com a Polícia Federal, com o repasse de recursos para que a própria polícia possa se instrumentalizar, se aparelhar, e realizar suas operações com mais força, com mais consistência. Depois da apuração, começa todo o trabalho de revisão administrativa dos benefícios, e isso é feito pelo MOB - Monitoramento Operacional. No MOB, cada um dos benefícios que tiveram uma concessão indevida passam a ser revisados, passam a ser feitas as constatações de que houve um pagamento indevido, se houve um pagamento maior, apura essas diferenças e faz a cobrança. Se for um agente externo, o INSS faz a cobrança administrativa e, não havendo sucesso na cobrança administrativa, instrui-se uma camada de conta especial e a Procuradoria então ajuíza a ação, tanto de busca, apreensão e sequestro de bens ou cobrança dos valores, e respectiva ação penal.

Ações regressivas de acidentes

Uma das medidas tratadas em 2011 e até com bastante repercussão na mídia foi a questão das ações regressivas de acidentes de trânsito. Ou seja, é o INSS fazendo a cobrança dos valores despendidos com pagamentos de benefícios e por razão de acidentes de trânsito cometidos por pessoas que estavam embriagadas, dirigindo em alta velocidade, ou seja, envolvidas em acidentes com infrações gravíssimas. Este assunto, efetivamente, nós estamos com a primeira ação ajuizada, temos inúmeras outras prontas. É uma forma de mostrar para a sociedade que a Previdência também não está mais tolerante com esse tipo de conduta da sociedade. O INSS também tem aumentado seu esforço nas ações regressivas por acidente de trabalho. Toda vez que o empregador concorre com culpa ou com dolo por um acidente de trabalho, ou seja, não dá equipamentos de proteção, não dá os mecanismos de segurança necessários ao trabalhador, o INSS ajuíza ações. Das ações que foram julgadas, o INSS tem mais de 92% de sucesso.

O segurado não precisa ir mais a uma agência para protocolar o recurso administrativo. Pode fazer isso por meio eletrônico

Questões administrativas

Uma questão importante de 2011 foi a da implementação administrativa. Essa é uma ação importante do governo federal, que a Previdência e a Fazenda fizeram um esforço conjunto, concentrado, para viabilizar o pagamento administrativo da “ação do teto”, aquela ação que foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal, e através de um esforço conjunto e uma proposta parcelada – foram em quatro períodos diferentes -, também com a ação de reconhecimento administrativo da Previdência Social, garantindo ao trabalhador o seu direito sem que ele precisasse ingressar em juízo individualmente. E uma outra ação que a Procuradoria do INSS resolveu é que às vezes o INSS faz um pagamento de benefício por erro. Um erro de sistema pode, porventura, gerar um pagamento indevido ou um pagamento a maior. Nestes casos, quando não está caracterizada a fraude, não está caracterizada a má fé do segurado, e trata-se de um erro em que não há nenhum tipo de comportamento ilícito, o INSS deixou de fazer a cobrança administrativa desses valores porque já há entendimento nas cortes superiores do STJ de que valores que não forem objeto de fraude, que não têm nenhum tipo de situação de má fé, esses valores acabam não sendo obrigados a serem devolvidos. Então nós teríamos quase 200 mil novas ações de cobranças que seriam absolutamente infrutíferas.

Ações judiciais

O INSS também começou a implementação do sistema de recurso administrativo eletrônico, já em funcionamento no Rio Grande do Sul. Agora o segurado não precisa mais vir até a Agência para protocolar o recurso, ele tramita todo por meio eletrônico, garantindo mais agilidade. Nós estamos julgando recursos em menos de 30 dias, ou seja, muito mais rápidos que o próprio Poder Judiciário, mostrando que a Previdência Social está mudando sua conduta, seu comportamento, para garantir agilidade e presteza na solução administrativa dos conflitos. Esse projeto já começou a expansão no Rio Grande do Norte em 2011, e devemos começar no início de 2012 o projeto aqui em Brasília e depois em Goiás. Ou seja, numa demonstração de que nós vamos avançar muito rapidamente com esse modelo, garantindo assim que as instâncias recursais administrativas se tornem mais confiáveis.

A importância da Previdência nos municípios

Estudo do Ipea mostra que os benefícios previdenciários dão sustentabilidade e fortalecem a economia municipal e ajudam no combate à pobreza

Você sabia que a Previdência Social é uma das principais fontes que impulsiona o crescimento econômico dos municípios? Recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que toma por base o pagamento mensal de benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os assistenciais, mostra que este dinheiro é a garantia, não só de renda diante da incapacidade laboral ou da idade avançada, mas de movimentação econômica e incremento do Produto Interno Bruto (PIB) de grande parte dos municípios brasileiros.

O estudo, intitulado “A Previdência Social e a economia dos municípios – 2010”, avalia que os mais de 28 milhões de benefícios pagos pela Previdência Social em 2010 significam um aumento de quase um terço do que foi pago em 2003. Destaca que os benefícios urbanos foram responsáveis por 19,8 milhões dos pagamentos, enquanto os rurais alcançaram, diretamente, cerca de 8,4 milhões de pessoas em 2010.

Segundo o estudo do Ipea, a importância desse incremento é majorada “se considerarmos que a maioria dos benefícios pagos foi no valor do salário mínimo (68,7%)”, cada vez com maior poder de compra. Na clientela urbana, em dezembro de 2010, representou 55,7% do total pago, e, no meio rural, quase a totalidade dos benefícios. “Essa representatividade denota a importância de se defender um crescimento permanente do salário mínimo, um verdadeiro instrumento de redistribuição de renda, não só como elemento de valorização do trabalho, mas como renda substituta do trabalho, elemento vital para a vida pós-laboral”, ressalta o documento.

O estudo, assinado por Álvaro Sólton de França, destaca que os recursos previdenciários são fundamentais para a melhoria das condições de vida da população, principalmente no meio rural, na medida em que reduzem o percentual de brasileiros que vivem na pobreza ou na extrema pobreza. “Mas, além de movimentarem a economia e o comércio de pequenos e de médios municípios, também agem no sentido de represar, de modo relativo, o êxodo rural e um possível aumento da favelização das grandes cidades”, destaca a análise.

Segundo levantamento do estudo, em 2010 a grande maioria dos municípios apresentou pagamento de benefícios superior ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dos 5.566 municípios pesquisados, segundo consta na base de dados do Ministério da Previdência Social e do Tesouro Nacional, 3.875 (69,6%) apresentavam valor de benefícios pagos superiores ao FPM. “Houve uma ligeira melhora, se compararmos aos dados de 2003, quando, dos 5.561 municípios então existentes, cerca de 67,8% (ou 3.773) apresentavam essa condição”, compara o documento.

Mais renda

O estudo do Ipea lembra que um dado curioso e que confirma a importância dos benefícios previdenciários para o desenvolvimento humano e para a economia dos municípios se refere ao verificado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), tomado aqui como substituto do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IFDM, desenvolvido pela Federação das Indústrias

do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: emprego e renda, educação e saúde. Uma análise para o ano de 2007 (últimos dados disponíveis) mostra que, em 98 dos 100 municípios mais desenvolvidos do estado, segundo o IFDM, os benefícios emitidos pela Previdência superam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “Em contrapartida, em apenas 47 dos 100 municípios menos desenvolvidos, segundo o IFDM, os benefícios emitidos pela Previdência superam o FPM.”

A análise do Ipea traz um recorte regional o qual mostra que, dos 3.875 municípios que têm benefícios superiores ao FPM, a maioria está na região Sudeste (1.255), muito embora essa região não seja a melhor em termos proporcionais. “O mérito, neste caso, está com a região Sul, onde 76% dos municípios têm benefícios superiores ao FPM. Em 2003, a melhor região era a Sudeste.”

Segundo o documento, em âmbito estadual, as 27 unidades da Federação (UF) apresentaram o valor de benefícios pagos pela Previdência superior ao FPM em 2010. “De maneira desagregada, apenas quatro estados não tiveram, na maioria de seus municípios, os benefícios emitidos superiores ao

FPM: Amapá, Piauí, Roraima e Tocantins. Em 2003, foram sete os estados: Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Para 2010, os estados que mais tiveram valor de benefícios da Previdência superior ao FPM foram Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará. Em 2003, o ranking contava com Espírito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco.”

Conforme o estudo do Ipea, no que diz respeito ao total de municípios em que o valor de benefícios da Previdência supera a arrecadação municipal, a magnitude ainda é maior. Em 2003, 83,5% dos municípios, ou 4.644 deles, tiveram o valor pago de benefícios superior ao arrecadado pelos municípios. Em 2010, o percentual foi um pouco menor, 82,4%, equivalente a 4.589 municípios. A região com maior número de municípios com valor de benefícios superior à arrecadação foi a Nordeste, com 35% (1.607 municípios) do total. No geral, os percentuais foram muito parecidos com os de 2003.

O estudo conclui que os números apresentados mostram a grande capacidade redistributiva da Previdência Social e sua influência na redução das desigualdades regionais, “dado que os benefícios previdenciários superam, na maioria dos casos, não só o FPM, mas também a arrecadação municipal.”

Número de municípios em que os pagamentos da Previdência superam o FPM – por região				
Regiões	2003	%	2010	%
Norte	194	5,1	232	6
Nordeste	1.239	32,8	1.209	31,2
Sudeste	1.262	33,4	1.255	32,4
Centro-Oeste	237	6,3	275	7,1
Sul	841	22,3	904	23,3
Total Ben > FPM	3.773	100	3.875	100

Número de municípios em que os pagamentos da Previdência superam a arrecadação – por região				
Regiões	2003	%	2010	%
Norte	329	7,1	335	7,3
Nordeste	1.615	34,8	1.607	35
Sudeste	1.403	30,2	1.314	28,6
Centro-Oeste	337	7,3	307	6,7
Sul	960	20,7	1.026	22,4
Total Ben > Arrecadação	3.773	100	3.875	100

Combate à pobreza

Outro fato relevante levantado pelo estudo do Ipea, com base em dados da Previdência Social, mostra que os benefícios previdenciários são um fator importante no combate à pobreza no Brasil. “A cobertura quase integral dos idosos por transferências da Previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo doméstico, um seguro contra a pobreza extrema, ou mesmo contra a pobreza”, destaca o comunicado do Ipea intitulado “Mudanças recentes na pobreza brasileira”, divulgado em 15 de setembro de 2011.

Em outro trabalho, “A redução das disparidades regionais e a queda da desigualdade nacional de renda (1981-2009)”, o Ipea mostra que, nas regiões metropolitanas, cerca de dois terços do aumento da renda resultou da expansão da Previdência Social. “No período 1995-2009, se não fosse a contribuição das transferências previdenciárias, principalmente via aumento do número de beneficiários, a renda média real dos habitantes das regiões metropolitanas teria caído.”

Segundo o documento, pelos números analisados é possível perceber a real importância da Previdência Social no Brasil, principalmente em decorrência do percentual de pobres com e sem as transferências previdenciárias. “Não fossem as transferências, esse percentual estaria na casa dos 42%, ao passo que, com a Previdência, se situou em 29%, uma diferença de 13 pontos percentuais.”

Em outra análise de dados da Previdência Social, considerando como referência uma renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo de 2009, o pagamento de benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência conseguiu retirar 23,1 milhões de pessoas da linha de pobreza. “O percentual de pobres sem as transferências previdenciárias situou-se em 42,2% em 2009. Com as transferências previdenciárias esse percentual caiu para 29,7%, passando a representar 12,5% do total da população de referência daquele ano.”

Ao analisar dados harmonizados da PNAD de 2009, a Secretaria de Políticas de Previdência

Social constatou que 81,8% dos idosos brasileiros são protegidos pela Previdência Social. “Isso representa mais de 17 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Em 1992, esse percentual era bem menor, 74%. Isso denota uma expansão da proteção previdenciária para esse contingente que, em sua maioria, não mais consegue exercer atividades laborais”, ressalta o documento do Ipea.

Por fim, o estudo o Ipea conclui que as principais mudanças no perfil da pobreza brasileira nos últimos anos foram direta ou indiretamente relacionados à elevação do bem-estar com grande participação social, “seja por meio da Previdência Social, por meio dos aumentos reais do salário mínimo ou pela expansão do valor das transferências focalizadas de renda.”

Segundo o estudo, a cobertura quase integral dos idosos por meio da Previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo “tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo doméstico, um seguro contra a pobreza, ou mesmo contra a pobreza extrema.”

O estudo do Ipea mostra ainda que o alcance dos benefícios previdenciários no meio rural “é fantástico, haja vista a quase totalidade dos beneficiários receberem o piso previdenciário. São mais de 8,4 milhões de homens e de mulheres rurícolas depositando na economia mais de R\$ 4,5 bilhões mensais. O mundo rural deixou de ter, como única ou principal fonte de renda, a produção agrária. O comércio, as pequenas indústrias, os serviços e as aposentadorias constituem hoje os principais vetores de recursos, principalmente para os pequenos municípios brasileiros. Ousamos afirmar que, se não fossem os benefícios pagos mensalmente a aposentados e a pensionistas, principalmente no meio rural dos pequenos municípios, já teria se instalado uma situação de calamidade na maioria das cidades brasileiras”.

Por último, o documento do Ipea destaca que o fato de a maioria dos municípios brasileiros e de todas as regiões e estados apresentarem valor de benefícios previdenciários superior ao FPM e à arrecadação municipal “apenas reafirma a tese da importância da Previdência Social como promotora de cidadania e de justiça social.”

Novos empreendedores



A partir de 2012, novas categorias profissionais podem se cadastrar como empreendedores individuais: o beneficiador de castanha; o comerciante de produtos de higiene pessoal; o fabricante de amendoim e castanha de caju torrados e salgados; o fabricante de polpas de frutas; o fabricante de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes; e o técnico de sonorização e de iluminação com faturamento bruto anual de até R\$ 60 mil podem se cadastrar como empreendedores individuais. Essas novas atividades foram inseridas na relação de categorias permitidas ao Empreendedor Individual (EI) por meio da Resolução nº 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional, da Receita Federal. A resolução retirou também duas categorias que antes podiam se formalizar como EI e agora não podem. São elas: o concreteiro e o mestre de obras. A lista completa com as 471 atividades permitidas ao EI pode ser consultada em no site da Previdência Social: www.previdencia.gov.br

Caixa alta nos regimes próprios

A Previdência Social é um tema de crescente preocupação entre os brasileiros. Com o aumento da expectativa de vida somada à redução da natalidade no País, a previsão é que em 2030 a pirâmide populacional já esteja invertida, ou seja, com uma população economicamente ativa menor e um número maior de aposentados. Por esse motivo, durante o ano de 2011 a sustentabilidade dos regimes de Previdência Social esteve no centro dos debates da sociedade brasileira. Em 2011, os recursos aplicados pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de todo o País somaram mais de R\$ 54 bilhões; desse total, R\$ 51,6 bilhões em renda fixa e R\$ 2,4 bilhões em renda variável. Grande parte destes investimentos foi aplicada em títulos de emissão do Tesouro Nacional diretamente ou por meio de fundos.

Cinco milhões de novos segurados

Mais de 60 milhões de pessoas contribuíram para a Previdência Social em 2010, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS). Isso é resultado da inclusão de aproximadamente cinco milhões de novos segurados. Além do número de contribuintes e uma série de outros dados, o Anuário 2010 traz, pela primeira vez, o número de beneficiários da Previdência Social.

Benefícios múltiplos

Graças ao levantamento do Anuário, é possível conhecer todos os benefícios pagos a uma mesma pessoa pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os dados apontam que 1.793 milhões de pessoas recebiam dois benefícios do INSS, 21,3 mil pessoas recebiam três benefícios e 390 pessoas recebiam até quatro benefícios. No total foram 26,161 milhões de pessoas que receberam pagamentos pelo Instituto. Nesse número estão os beneficiários do regime geral (RGPS) e também os segurados que recebiam benefícios assistenciais.

Carteira assinada

Dos 60,2 milhões de contribuintes em 2010, os empregados com carteira assinada passaram de 45,2 milhões, em 2009, para 48,6 milhões, em 2010, e os demais somaram 13,5 milhões, contra os 12,4 milhões de 2009. Os contribuintes individuais e os facultativos foram as categorias que apresentaram percentuais de aumento mais significativos entre os trabalhadores que, mesmo sem emprego formal ou carteira assinada, contribuíram para a Previdência Social. Os individuais passaram de nove milhões, em 2009, para 10,4 milhões, em 2010, enquanto os facultativos aumentaram de 942 mil para um milhão.

Mulheres são maioria

Dos 26,1 milhões de beneficiários da Previdência Social, 14,5 milhões são mulheres e 11,5 milhões, homens. A maior parte dos beneficiários está no grupo etário de 65 a 69 anos, com um salário mínimo. Na distribuição dos beneficiários por região, o sudeste concentrou 11,7 milhões de pessoas, seguido da região sul, com 4,5 milhões de beneficiários.

As crises internacionais e seus impactos na Previdência Social

Introdução

O mundo tem passado por diversas crises financeiras que assolam os mercados desregulados e agravam a instabilidade inerente ao capitalismo globalizado. O Brasil não tem sido imune aos efeitos negativos dessas crises, que, no período de 1995 a 2010, tiveram consequências diversas nos setores financeiro, produtivo e no mercado de trabalho do País.

As crises financeiras internacionais impactam diretamente o mercado formal de trabalho, cuja estruturação e evolução têm evidentes relações com a Previdência Social. Os indicadores econômicos revelam que a taxa positiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a partir de certo patamar, apresenta uma relação direta com a formalização de contratos previdenciários – de empregados e de outros vínculos contributivos; o comportamento favorável do mercado de trabalho formal é um dos fatores que faz aumentar a arrecadação previdenciária.

Este artigo traz uma análise simplificada das principais crises internacionais ocorridas no período de 1995 a 2010, e seus efeitos nas contas do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por meio da evolução das receitas e despesas. Este trabalho está estruturado em quatro partes, além da introdução. A primeira parte faz um resumo das principais crises internacionais do período de 1995 a 2010; a segunda trata do comportamento do mercado de trabalho nesse período; a terceira relata a evolução das receitas e despesas previdenciárias; e, na sequência, vêm as considerações finais.

As crises internacionais de 1995 a 2010

O início da década de 1990 foi marcado com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, ou seja, começava o fim do socialismo naquele país e nos aliados. Com reformas econômicas, acordos com os EUA e mudanças políticas, o sistema foi se enfraquecendo. Era o fim de um período de embates políticos, ideológicos e militares. O capitalismo, aos poucos, foi avançando nos países socialistas.

O Brasil, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, iniciou o processo de redemocratização, com eleições diretas para presidente da República. Com o primeiro presidente eleito pelo povo, após o período da ditadura, o país conviveu com a instabilidade econômica, em decorrência, principalmente, do confisco de poupanças e da mudança da moeda. Em seguida, o país passou por sucessivos aumentos da inflação.

No governo seguinte, com a criação do Plano Real, no ano 1994, o país experimentou a estabilidade econômica, com o fim do processo inflacionário, e a paridade do real ao dólar, por meio do estabelecimento de uma banda cambial. Conseguida às custas de altas taxas de juros e engessamento dos investimentos governamentais, a manutenção dessas duas prioridades provocou o aumento dos investimentos especulativos em detrimento dos produtivos, e propiciou maior concentração de renda e, conseqüentemente, aumento da pobreza no país. Ao final da década de 1990, o sistema de banda cambial mostrou-se insustentável.

Emanuel de Araújo Dantas

*Coordenador-Geral de Estudos
Previdenciários na Secretaria de
Políticas de Previdência Social*

Carolina Verissimo Barbieri

*Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
e Coordenadora de Políticas Previdenciárias na Secretaria
de Políticas de Previdência Social*

Entre 1995 e 2001, ocorreram crises internacionais associadas à expansão dos mercados financeiros e capitais especulativos, com quebras bancárias e pânico financeiro no México (dezembro de 1994), na qual a situação ruim do balanço de pagamentos levou a uma drástica desvalorização do peso mexicano em relação ao dólar. As desvalorizações ocorridas no México deram início a quebras em série em países da Ásia (julho de 1997) e na Rússia (agosto de 1998), que declarou moratória da dívida externa de empresas privadas e abalou bolsas de valores no mundo todo. Em seguida, veio a crise na Turquia (janeiro de 2001) e na Argentina (setembro de 2001). Todas essas crises afetaram a economia brasileira com o chamado efeito contágio, em função da redução dos empréstimos aos países emergentes, que tiveram como consequências para o Brasil a dependência de capitais voláteis, juros altos, novos empréstimos e negociação de três acordos preventivos com o FMI (1998, 2001 e 2002, por US\$ 41,5 bilhões, US\$ 15 bilhões e US\$ 30 bilhões, respectivamente).

Nos anos 2008 e 2009, os EUA sofreram uma grande crise financeira em decorrência de hipotecas subprime, derivativos e ativos financeiros (ações) sobrevalorizados, que geraram a exacerbação do crédito imobiliário e a propagação por meio de derivados desses ativos nos demais mercados. As principais consequências para o Brasil foram a redução dos créditos externos, a desvalorização do real frente ao dólar, a retração de investimentos financeiros e a queda nos preços das commodities.

Foi tomado um conjunto expressivo de medidas buscando amenizar os impactos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, bem como sobre o mercado de

trabalho e sobre o sistema financeiro. As medidas incluem redução da taxa de juros básica pelo Banco Central, medidas para estimular o crédito, postergação do recolhimento de impostos para aumentar a capitalização das empresas e evitar problemas de liquidez das unidades produtivas, redução de impostos para estimular o consumo, alteração da regulamentação do sistema financeiro de caráter preventivo e outras. É importante destacar que os programas sociais, inclusive aqueles componentes da Seguridade Social, foram mantidos ilesos.

Principais medidas para debelar a crise em 2008/2009

Estímulo ao Crédito/Liquidez

Operações visando estimular o crédito no sistema financeiro nacional e garantir a liquidez, inclusive, em moeda estrangeira, no final de 2008 e começo de 2009, que incluem:

- A) Redução dos compulsórios recolhidos ao Banco Central;
- B) Ampliação do crédito para vários setores como as de exportação, agricultura, construção civil/habitação, indústria automobilística e outros por instituições financeiras oficiais federais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Em especial, houve recursos adicionais para o BNDES no valor de R\$ 100 bilhões para os anos de 2009 e 2010, por

meio do caixa do governo, de captações feitas no exterior pelo Tesouro Nacional e pela capitalização do banco. Foram priorizados investimentos nas áreas de gás e energia, bens de capital e infraestrutura, entre outros setores. Também garantiram os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e da Petrobras;

C) Mudanças na regulamentação do sistema financeiro em caráter preventivo, como a permissão para o Banco Central comprar carteiras de crédito de bancos em dificuldades no Brasil, bem como outras instituições financeiras oficiais federais, como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, também foram autorizadas a adquirir participações em instituições financeiras no país sem passar por um processo de licitação;

D) Leilões de moeda estrangeira feitas pelo Banco Central no mercado de câmbio e outras medidas para garantir a liquidez no referido mercado e evitar, dessa forma, uma desvalorização muito acentuada do real frente ao dólar, embora tenha ocorrido alguma;

E) Estabelecimento de uma linha de swap (troca) de dólares americanos por reais no valor de US\$ 30 bilhões, no final de outubro de 2008, pelo Banco Central do Brasil e pelo Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos);

F) Ampliação das alternativas de aplicação das reservas internacionais do Brasil pelo Conselho Monetário Nacional, ficando o Banco Central autorizado a disponibilizar parte desse dinheiro, por meio dos bancos, para as empresas brasileiras que precisaram rolar financiamentos feitos no exterior;

G) Liberação de, R\$ 5,4 bilhões, também em caráter preventivo, a bancos pequenos para operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, por meio de liberação de recursos do Fundo Garantidor de Crédito – FGC;

H) Continuação do processo de redução da taxa básica de juros (SELIC) de 13,75% ao ano, em dezembro de 2008, para 8,75% ao ano em julho de 2009.

Estímulo ao consumo/investimento e à capitalização das empresas

Redução de impostos para estimular o consumo e ampliação/postergação dos prazos de recolhimento de impostos para as empresas:

A) Redução, entre dezembro 2008 e setembro 2009, do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI sobre veículos automotores, setor que havia sido duramente afetado pela crise e pela contração do crédito no final de 2008, mas que, no primeiro semestre de 2009, deu sinais de recuperação;

B) Em outubro, novembro e dezembro de 2009 a tarifação voltou gradualmente. Em março de 2009, houve inclusão de outros setores (produtos básicos da construção civil, material escolar, eletrodomésticos) na redução do IPI. A redução na chamada linha branca, de eletrodomésticos como geladeira e fogão, foi até outubro de 2009. Os cortes para material de construção foram até o fim de 2009. Foram incluídos os vergalhões, que não estavam na lista original de desconto de imposto;

C) Como forma de financiar a redução das alíquotas sobre esses setores industriais, elevou-se a alíquota dos impostos sobre o consumo de cigarros;

D) Adiamento do prazo de recolhimento de impostos federais para melhorar a capitalização/liquidez das empresas. O corte de PIS e COFINS para trigo, farinha e pão foi até o fim de 2010;

E) Redução das alíquotas de imposto de renda sobre as pessoas físicas, como forma de estimular o consumo;

F) Redução de Imposto sobre Operações Financeiras – IOF para pessoas físicas como forma de estimular o consumo, tornando mais barato o custo dos financiamentos;

G) Expansão do prazo de pagamento do seguro-desemprego;

H) Aumento dos investimentos públicos por meio do PAC, incluindo a antecipação de programa para a habitação/construção civil com a previsão de construção de 1 milhão de imóveis;

I) Considerando todas as receitas destinadas à Seguridade Social (assistência, saúde e previdência social), pode-se dizer que esse segmento foi afetado porque alguns impostos, cuja arrecadação é destinada à Seguridade, tiveram seus prazos de recolhimento adiados, como já colocado anteriormente. Porém, foi mantido o índice de reajuste anual dos benefícios, inclusive do salário mínimo, injetando-se mais recursos financeiros (aproximadamente R\$ 8 bilhões) na economia. A regra de reajuste do salário mínimo, negociado em 2006

com as centrais sindicais, tem como critérios o repasse da inflação do período, mais o aumento real pela variação do PIB com defasagem de dois anos. Também se manteve outro ponto do acordo com as centrais sindicais, qual seja: a antecipação gradativa do mês no qual ocorre o ajuste anual do salário mínimo e das aposentadorias (em 2008 março, em 2009 fevereiro, em 2010 janeiro). Modificou-se a regra do crédito consignado para aposentados e pensionistas, aumentando a margem para uso dessa modalidade mais barata de crédito em substituição ao crédito de linha mais caro. Por fim, antecipou-se o programa de instalação de 720 novas agências da Previdência Social, o que aumenta o volume de recursos aplicados em obras públicas.

Aumento de investimentos públicos

Dentre tantas outras frentes de trabalho, antecipou-se o programa de instalação de 720 novas agências da Previdência Social, o que aumenta o volume de recursos aplicados em obras públicas e gera aumentos de investimentos públicos futuros, quando do início do funcionamento das agências (novos servidores, por exemplo).

Manutenção da política de valorização do salário mínimo

O índice de reajuste anual dos benefícios foi mantido, inclusive do salário mínimo, injetando-se mais recursos financeiros (aproximadamente R\$ 8 bilhões) na economia. A regra de reajuste do salário mínimo, negociado em 2006 com as centrais sindicais, tem como critérios o repasse da inflação do período, o aumento real pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) com defasagem de dois anos. Também se manteve outro ponto do acordo com as centrais sindicais, qual seja: a antecipação gradativa do mês no qual ocorre o ajuste anual do salário mínimo e das aposentadorias (em 2008 março, em 2009 fevereiro, em 2010 janeiro).

O Brasil tem adotado, basicamente, as mesmas medidas adotadas pelos demais países. As políticas-chave para enfrentar a crise têm sido, principalmente, de cunho macroeconômico, e algumas sociais. Dentre elas, medidas monetárias e fiscais anticíclicas, como diminuição de impostos, facilitação do crédito, ajuda para o pagamento de hipoteca e empréstimos a grandes empresas com risco de falência. O propósito de quase todas as medidas é conter o desemprego, gerar renda e estimular a demanda, e elas contam ainda com planos de emprego de emergência

(promoção de trabalho intensivo, emprego em infraestrutura), trabalhos para mulheres, subsídios a empresas que retenham seus funcionários, qualificação profissional e prorrogação de seguro-desemprego, crédito e isenção de impostos a pequenas e médias empresas, e fomento do trabalho decente, incluindo-se aí a manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo (MESA-LAGO, 2009).

Mercado de Trabalho

No período de 1995 a 1999, que foi de grandes crises no cenário internacional, o Brasil passou por sucessivas quedas no estoque de empregos formais, aumento da informalidade e da desproteção previdenciária para amplos segmentos do mercado de trabalho urbano, enquanto os níveis reais médios de renda do trabalho e a sua distribuição pioraram. Todos esses fatores foram marcados por sobrevalorização do real frente ao dólar e pelo diferencial positivo e elevado entre as taxas de juros domésticas e internacionais.

No início dos anos 2000, o País ainda sofreu os reflexos das crises ocorridas na Turquia e na Argentina, mas ocorreu uma reversão na tendência de queda no estoque de empregos formais dos anos anteriores, ou seja, a economia brasileira operou em contexto mais favorável, principalmente no comércio internacional, que permitiu certo arrefecimento das tendências anteriores para as principais variáveis do mercado de trabalho. Os níveis absolutos e relativos de desemprego pararam de subir no mesmo ritmo que antes, a informalidade das relações de trabalho e o grau de desproteção previdenciária começaram a dar sinais de diminuição, sobretudo depois de 2001.

O Gráfico 1 mostra a evolução do saldo de emprego formal, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE). De 1995 a 1999, o saldo da mão-de-obra empregada foi negativo, principalmente no ano 1998, que apresentou a maior redução no mercado formal de trabalho desse período (-581,7 mil empregos), provocada possivelmente pela moratória da dívida externa de empresas privadas da Rússia, que abalou as bolsas de valores no mundo todo. A partir de 2000, o mercado de trabalho formal no Brasil passou a apresentar saldos positivos, chegando, em 2010, a 2.524.678 novos postos de trabalho, oriundos da geração de 2.136.947 empregos, acrescidos de 387.731 postos de trabalho, que correspondem aos vínculos empregatícios declarados mensalmente fora do prazo de entrega da declaração e os

acertos de movimentações, no período de janeiro a novembro, sendo estes passíveis de ajustes mensais.

O Gráfico 2 mostra a evolução da contribuição previdenciária dos ocupados e a evolução da cobertura social entre as pessoas com idade entre 16 e 59 anos. Percebe-se que, de 1995 a 2002, ocorre queda significativa no percentual de pessoas protegidas, passando de 64,5%, em 1995, para 61,7%, no ano de 2002. Já entre 2002 e 2009, os percentuais registrados de pessoas protegidas reverteram a tendência de queda observada no período anterior, ou seja, em 2009, esse percentual chegou a 66,9%. Com relação à evolução da contribuição previdenciária, observa-se que, de 1995 a 1999, o percentual de contribuição previdenciária das pessoas ocupadas permaneceu praticamente invariável. Já a partir de 2002, o nível relativo de contribuintes previdenciários ocupados apresenta crescimentos contínuos, passando de 48,6%, em 2002, para 57,4%, em 2009.

Os resultados mostram que as medidas de recuperação econômica, expansão do crédito e estímulo ao consumo amenizaram os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia e o mercado de trabalho brasileiro. Em meados de 2009, já havia sinais de recuperação em todos os setores de atividade econômica, com crescimento do nível de emprego em todas as áreas metropolitanas.

Em relação à taxa de desemprego, divulgada pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE – que não cobre o país como um todo, mas as seis principais regiões metropolitanas do país –, aparentemente não foram registrados impactos negativos mais significativos da crise sobre a desocupação. O Gráfico 3 mostra que, mesmo quando a taxa de participação aumenta, a taxa de desocupação permanece em queda, o que significa que o desemprego diminuiu, mesmo com o aumento de procura por trabalho.

Gráfico 1
Saldo da mão-de-obra empregada - 1995 a 2010 (em mil)
Fonte: CAGED/MTE.

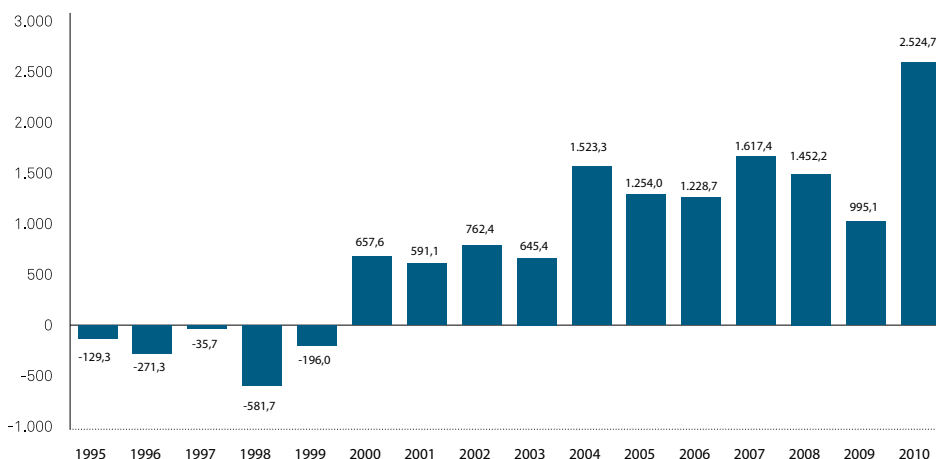
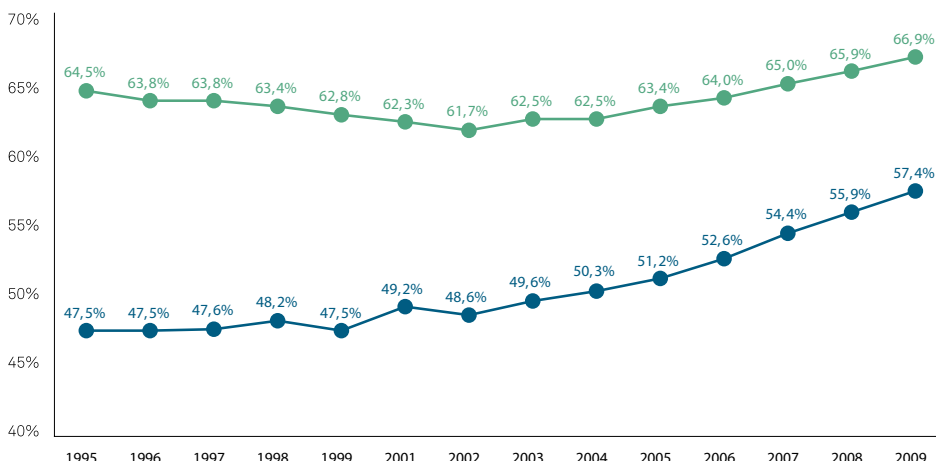
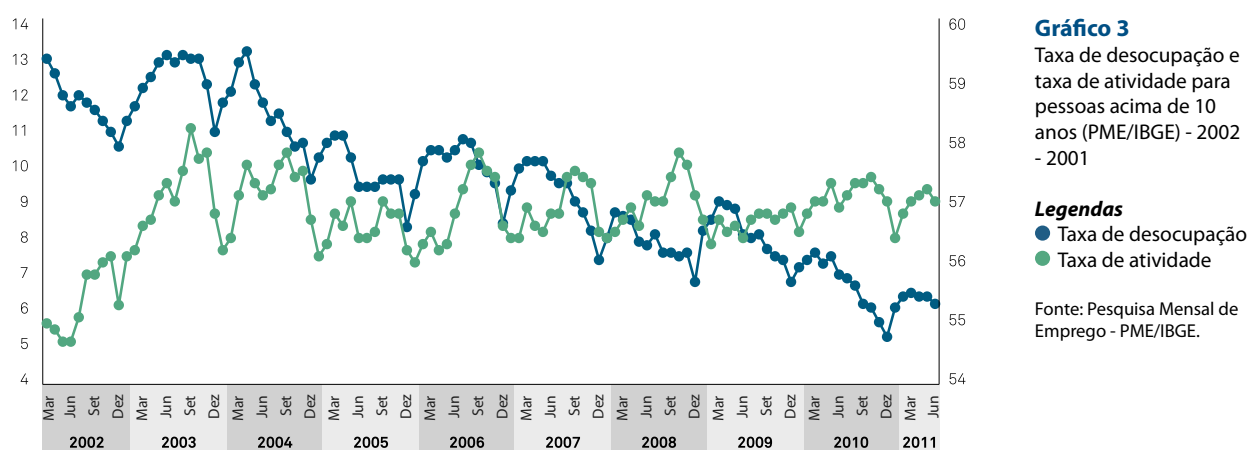


Gráfico 2
Evolução da cobertura social e da contribuição previdenciária dos ocupados com idade entre 16 e 59 anos
Legendas
Cobertura Social ●
Contribuição Previdenciária ●
Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPSS/MPS.





A Previdência Social de 1995 a 2010

No Brasil, a Seguridade está estruturada em três grandes segmentos: Previdência Social, Saúde e Assistência Social, conforme disposto na Constituição de 1988, que introduziu vários princípios de natureza social, com destaque para a universalização da cobertura e do atendimento, ou seja, todos os cidadãos têm garantido o acesso à proteção social.

A Carta Magna estabeleceu, também, que haveria um orçamento conjunto para as três áreas da Seguridade Social e que as receitas provenientes de concursos de prognósticos integrariam esse orçamento.

Outra mudança significativa foi a diversificação das fontes de custeio da Seguridade, não mais incidindo somente nas contribuições de empregados e empregadores sobre a folha salarial, mas passando a definir a contribuição sobre o faturamento das empresas e contribuição sobre o lucro líquido. A folha de salários continua a ter um peso bem maior no financiamento da Previdência Social.

Quanto à previdência da área rural, a Constituição também instituiu a idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, para que os trabalhadores e pequenos produtores rurais passassem a ter direito à aposentadoria no valor de um salário mínimo mensal. Cabe salientar que a Constituição definiu, ainda, que o piso dos benefícios previdenciários e de prestação continuada para todos os segurados seria de um salário mínimo.

O sistema de previdência rural instituído pela Constituição também preserva a antiga forma de custeio, isto é, a contribuição sobre a folha salarial do setor rural – para o empregador, para o empregado e para o autônomo rurais. O sistema também prevê uma contribuição sobre a produção comercializada, que deve ser recolhida pelo comprador, bem como a contribuição incidente sobre a folha de pagamento das empresas urbanas. É importante destacar também que a Constituição assegurou o reajustamento dos benefícios objetivando preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios que seriam definidos em lei ordinária.

O ritmo de crescimento das despesas com benefícios do RGPS, maior que o da arrecadação, foi a principal causa do início do debate sobre a reforma da Previdência Social no Brasil. Com o advento da Lei n.º 8.213/91 (que editou o Plano de Benefícios da Previdência Social), inicia-se o processo de crescimento das despesas com benefícios previdenciários em decorrência, principalmente, do princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, citado na referida lei, ou seja, a partir dessa lei, a demanda por benefícios rurais previdenciários cresceu significativamente. Porém, a realidade rural é bem diferente da urbana: apresenta rendimentos em periodicidades diferentes, com irregularidade de fluxos monetários e formas diferenciadas de ocupação (posse, agricultura familiar, assalariamento, etc.). Dado que a pequena agricultura constitui normalmente a maior parte da mão-de-obra rural e esta é vulnerável quanto à sua capacidade de geração de renda, é frequente que parcelas significativas da população ocupada agrícola não tenham capacidade contributiva comparável à da população urbana. Dessa forma, as despesas com benefícios rurais previdenciários aumentaram, mas a arrecadação previdenciária não foi suficiente para cobrir essas despesas.

O ano 1995 foi marcado pelo surgimento do primeiro déficit na Previdência Social, e nesse mesmo ano o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional. Porém, a reforma previdenciária aconteceu em 1998, com a Emenda Constitucional nº 20, que alterou a forma de financiamento do RGPS: ampliou o conceito de rendimentos do trabalho, que passou a incidir sobre o total dos valores recebidos, que até então não eram considerados; possibilitou a incidência de contribuição sobre benefícios; e determinou a utilização da receita ou do faturamento como base de incidência para o COFINS, dentre outras medidas.

Diversos outros fatores devem ser considerados para explicar a formação do déficit da Previdência Social a partir de 1995. Ocorreu, na década de 1990, um aumento tanto no número de beneficiários quanto no valor real dos benefícios, em grande parte como reflexo da Constituição Federal e das leis que a regulamentaram. As altas taxas de evasão do sistema e a crise econômica no começo dos anos 1990 também tiveram um peso considerável.

Outro fator fundamental para a compreensão do crescimento do déficit da Previdência reside na política de concessão de ganhos reais para o salário mínimo realizada após o Plano Real, destacando que, em dezembro de 2010, 68,7% dos benefícios pagos pela Previdência Social possuíam o valor de até um salário mínimo, e 98,6% dos benefícios rurais emitidos para pagamentos estavam na faixa de valor igual ao piso previdenciário (que é igual a 1 salário mínimo).

Conforme citado anteriormente, em agosto de 1998, ocorreu a moratória na Rússia, que afetou bolsas de valores no mundo inteiro, e o Brasil sofreu as consequências mais fortemente no final desse ano e no início de 1999. Nesse período, arrecadação líquida previdenciária permaneceu praticamente invariável, com ligeiro acréscimo de 0,2%, entre 1999 e 1998, e o saldo da mão-de-obra empregada fechou negativo em 581,7 mil, em 1998, e 198,0 mil, em 1999. Já entre 1999 e 2000, a arrecadação líquida previdenciária diminuiu em 3,3%, provavelmente pelas crises de anos anteriores, que afetaram o Brasil com juros altos, maior dependência de capitais voláteis e novos empréstimos com o FMI, e, conseqüentemente, abalaram o mercado formal de trabalho.

De acordo com a Tabela 1, em 2001 percebe-se a recuperação da arrecadação líquida previdenciária com crescimento de 15,2% em relação a 2000. Nesse ano, a Argentina passava por uma crise financeira, política e social, com número elevado de desemprego, mas o Brasil já havia realizado acordos preventivos com o FMI para reforçar as reservas e agir, frente às crises internacionais, com maior segurança no processo de recuperação da economia e do crescimento. Entre 1995 e 2002, a arrecadação líquida previdenciária cresceu 31,9%, e a despesa com benefícios previdenciários, 62,0%. Já entre 2002 e 2010, a arrecadação líquida previdenciária aumentou 80,0%, patamar superior à despesa com benefícios previdenciários (75,1%), o que foi resultado do bom momento vivido na economia brasileira nos últimos anos, com reflexos positivos no mercado formal de trabalho.

Tabela 1

Arrecadação líquida, despesa com benefícios do RGPS e resultado previdenciário - 1995 a 2010

Fonte: Anuário da Previdência Social - Versão Logo. Elaboração: SPPS/MPS.

Anos	Arrecadação Líquida Previdenciária		Benefícios Previdenciários		Saldos Previdenciários	
	Em R\$ milhões (IN PC de dez/2010)	Variação em relação ao ano anterior(em %)	Em R\$ milhões (IN PC de dez/2010)	Variação em relação ao ano anterior (em %)	Em R\$ milhões (IN PC de dez/2010)	Variação em relação ao ano anterior (em %)
1995	91.596,10	-	92.326,90	-	-730,8	-
1996	99.851,30	9	100.488,90	8,8	-637,7	-12,7
1997	103.285,20	3,4	110.463,80	9,9	-7.178,60	1.025,80
1998	105.202,90	1,9	121.220,80	9,7	-16.017,90	123,1
1999	105.448,80	0,2	125.598,20	3,6	-20.149,40	28,5
2000	101.938,90	-3,3	132.935,30	5,8	-30.996,30	53,8
2001	117.467,40	15,2	141.404,50	6,4	-23.937,10	-22,8
2002	120.848,70	2,9	149.592,00	5,8	-28.743,30	20,1
2003	117.727,40	-2,6	156.130,40	4,4	-38.403,00	33,6
2004	128.736,00	9,4	172.572,80	10,5	-43.836,80	14,1
2005	140.843,10	9,4	189.625,30	9,9	-48.782,20	11,3
2006	155.438,50	10,4	208.465,90	9,9	-53.027,40	8,7
2007	169.617,70	9,1	223.915,80	7,4	-54.298,10	2,4
2008	185.151,90	9,2	226.372,20	1,1	-41.220,30	-24,1
2009	196.511,00	6,1	242.945,40	7,3	-46.434,40	12,6
2010	217.525,10	10,7	261.878,30	7,8	-44.353,20	-4,5

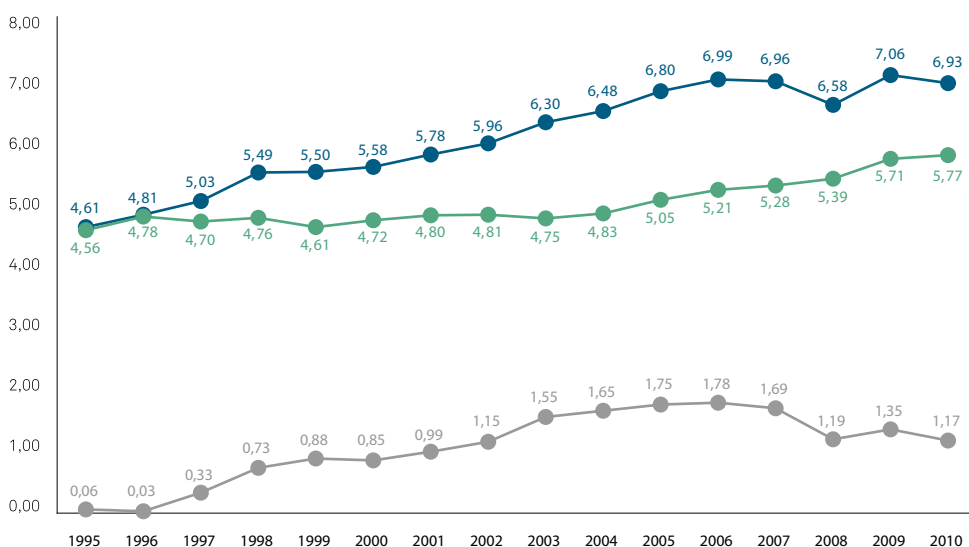
O ano de 2004 foi marcado por uma reversão no ritmo de crescimento da arrecadação líquida previdenciária, passando a incrementos anuais mais significativos e próximos da despesa com benefícios previdenciários. Nos anos 2006, 2007, 2008 e 2010, a arrecadação líquida previdenciária cresceu, em termos percentuais, acima do verificado na despesa com benefícios previdenciários, graças ao bom momento vivido pela economia do país, que contribuiu para o crescimento do mercado formal de trabalho e o fortalecimento das políticas de inclusão social, com destaque para o Plano Simplificado de Previdência Social – PSPS, que é uma forma de inclusão previdenciária com percentual de contribuição reduzido de 20% para 11% para a categoria de contribuinte individual que trabalha por conta própria (antigo autônomo), sem relação de trabalho com empresa ou equiparada, e também para o segurado facultativo. O valor do salário de contribuição é limitado ao salário mínimo.

Em 2009, a arrecadação líquida previdenciária fechou o ano com crescimento de 6,1% frente ao ano de 2008; a despesa com benefícios previdenciários, em 7,3%, e a necessidade de financiamento, em 12,6%. Este crescimento é resultado, principalmente, da crise econômica mundial, que limitou fortemente o crescimento da arrecadação

líquida, especialmente no primeiro semestre de 2009. Com a crise financeira internacional, deflagrada no final de 2008, a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social continuou a apresentar crescimento durante todo o ano de 2009, porém em ritmo mais lento do que em 2008. A crise teve como efeito apenas uma redução na taxa de crescimento da arrecadação, mas não sua queda. Em relação à despesa com pagamento de benefícios previdenciários, não se verificou impacto de aumento de demanda, em especial em relação aos de auxílio-doença.

A despesa com benefícios do RGPS alcançou, em 2010, 6,93% do PIB, enquanto a arrecadação líquida respondeu por 5,77% do PIB, gerando uma necessidade de financiamento da ordem de 1,17% do PIB, que é a menor participação desde 2003, conforme se pode ver no Gráfico 4.

Vale destacar que a Previdência Social, mesmo deficitária, exerce uma função de distribuição de renda por meio de aumentos reais conferidos ao salário mínimo; concede subsídios a atividades beneficentes de assistência social, a micro e pequenas empresas, a trabalhadores domésticos e do campo, a empresas rurais e até a atividades desportivas; e faz a transferência de renda da área urbana para a rural.



Considerações Finais

As crises financeiras ocorridas em diversos países e continentes, no período de 1995 a 2010, tiveram seus efeitos negativos na economia brasileira. De 1995 a 2002, a economia brasileira passou por altas taxas de juros, maior

dependência de capitais voláteis, novos empréstimos e acordos preventivos com o FMI. Já as medidas tomadas para amenizar os impactos da crise financeira de 2008 garantiram a estabilidade na economia brasileira, diminuíram os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho e o sistema financeiro, graças ao crescimento sustentável e à solidez do País nos últimos anos.

Nos últimos anos, a arrecadação líquida previdenciária vem crescendo em patamares percentuais superiores à despesa com benefícios do RGPS, em função da expressiva recuperação do emprego formal, entre 2003 e 2010. Em 2009, o ritmo de crescimento da arrecadação líquida foi mais lento, em decorrência da crise financeira internacional. Já entre 1995 e 2002, o crescimento da arrecadação líquida previdenciária foi, em termos percentuais, quase a metade do percentual observado na despesa com benefícios previdenciários.

É importante destacar que o RGPS foi beneficiário pela alteração, anterior à crise, na lei que trata das micro e pequenas empresas que ocasionou crescimento na formalização e aumento do percentual de transferência para a Previdência Social do total da arrecadação dessas empresas.

A forma de financiamento da Previdência Social é um dos assuntos mais relevantes das discussões políticas e econômicas das questões previdenciárias. Os regimes previdenciários, fundamentados no princípio de repartição, defrontaram-se com crescentes déficits em decorrência de mudanças estruturais no mercado de trabalho e na estrutura etária. No Brasil, a necessidade de financiamento previdenciário tomou dimensões preocupantes a partir da metade da década de 1990.

A regra de financiamento da Seguridade Social, baseada em cerca de 75% sobre a folha salarial, confere-lhe maior estabilidade do que a arrecadação por outras fontes de impostos. No entanto, a estabilidade relativamente maior da Seguridade Social no momento de crise cíclica não significa que não tenhamos que nos ajustar futuramente às alterações estruturais que resultarem da crise, bem como às alterações de longo prazo da demografia.

Dessa forma, é importante destacar que, apesar do bom momento vivido pela economia brasileira nos últimos anos, com elevação da mão-de-obra formal empregada, há desafios a serem superados pelo governo brasileiro. Dentre eles, ressalta-se o de convencer as pessoas de que elas terão de permanecer mais tempo como contribuintes do sistema para fazer jus à aposentadoria no futuro, assim como ocorre na maioria dos países.

Por outro lado, o regime previdenciário deve ser encarado, por si só, como instrumento essencial de resposta à crise. É de fundamental importância a compreensão de que, embora um sistema de Seguridade Social, no qual o regime previdenciário se inclui, não ataque as causas da crise, cumpre um papel crucial ao absorver choques, substituir a renda perdida, conter e até mesmo reduzir a pobreza, manter os serviços de saúde, reforçar a solidariedade, reduzir as desigualdades e proteger os setores mais afetados pela recessão, fortificando, assim, a coesão social (MESA-LAGO, 2009).

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. *As crises financeiras internacionais e o Brasil desde 1929: 80 anos de uma história turbulenta*. 2009. Disponível no site: <http://www.pralmeida.org/05docsPRA/2013CrisesFinancBr1929Plenarium.pdf>.

MATIJASCIC, Milko et al. *A Crise Financeira Internacional: Reação das Instituições Multilaterais*. IN: Bispo, Carlos Roberto; Musse, Juliano Sander; Vaz, Flávio Tonelli; Martin, Floriano José (orgs.) *Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho*. Brasília: ANFIP, 2009. (http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/crise_financeira_mundial.pdf)

MESA-LAGO, Carmelo. *Efectos de la crisis global sobre la seguridad social de salud y pensiones en América Latina y el Caribe y recomendaciones de políticas*. Serie Políticas Sociales, Santiago de Chile: CEPAL. (<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/37582/sps150-seguridad-social-pensiones-ALC.pdf>)

POCHMANN, Márcio. *A Crise Internacional e Seus Efeitos no Brasil*. IN: Bispo, Carlos Roberto; Musse, Juliano Sander; Vaz, Flávio Tonelli; Martin, Floriano José (orgs.) *Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho*. Brasília: ANFIP, 2009. (http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqspdfs/crise_financeira_mundial.pdf)



**Se você é dona de casa e sua família
recebe até dois salários-mínimos,
é hora de garantir seus direitos.**

**Com 5% do salário-mínimo por mês,
você tem direito aos seguintes
benefícios da Previdência Social:**

- Salário-maternidade.
- Pensão por morte.
- Aposentadoria por idade.
- Auxílio-reclusão.
- Aposentadoria por invalidez.
- Auxílio-doença.



Para ter esses direitos, a família tem que estar inscrita
no **CadÚnico** (Cadastro Único para Programas Sociais).

www.previdencia.gov.br

Ministério da
Previdência Social

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



Alface Crespa	1,99
Alecrim	3,99
Brócolis	3,99

Chicória	1,99
Coentro	2,49
Cebolete	4,99

**Formalizar-se não custa nada e
você ainda sai ganhando muito.**

Se você trabalha informalmente
e fatura no máximo R\$ 60.000 por ano, chegou a hora
de legalizar seu negócio e garantir os seus direitos.

Acesse www.portaldoempreendedor.gov.br



SEBRAE



Ministério da
Fazenda

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

Ministério da
Previdência Social

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA